

DIÁLOGO GLOBAL

9.3

3 edições por ano em 17 idiomas

Falando de sociologia
com Qingzhi Huan

Christine Schickert

Brigitte Aulenbacher
Andreas Novy
Fred Block
Margaret R. Somers
Antonino Palumbo
Alan Scott
Gareth Dale
Jonathan D. London
Attila Melegh
Chris Hann

A Grande
Transformação
(75 anos depois)

In Memoriam:
Ann Barden Denis

Linda Christiansen-Ruffman
Angela Miles
Marilyn Porter

Migrações

Karin Scherschel
Gerda Heck
Carlos Sandoval
Bediz Yilmaz
Sarah Schilliger

Perspectivas
teóricas

Julia Kaiser
Jasper Stange

Sociologia do
Senegal

Moustapha Tamba
Souleymane Gomis
El Hadji Malick Sy Camara
Samba Diouf
Mouhamed Moustapha Dieye

Seção aberta

> Tornando os direitos das mulheres
parte da vida cotidiana

REVISTA



DISCUTES Le Discours

re Frantz Fanon

ables

VOLUME 9 / EDIÇÃO 3 / DEZEMBRO DE 2019
<http://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG

International
Sociological
Association
isa

> Editorial

Nos últimos anos, em países do Norte e do Sul globais, têm emergido diversos debates sobre mudanças climáticas e crise ecológica. Em entrevista, Qingzhi Huan, professor de política comparada em Pequim, China, e defensor de políticas eco-socialistas, fornece insights sobre os debates correntes na China e sobre como as políticas e as abordagens de proteção ambiental mudaram nas últimas décadas.

A obra-prima de Karl Polanyi, *A Grande Transformação*, publicada em 1944, inspirou muitas pesquisas nas áreas de ciências sociais, ciência política, sociologia, antropologia e economia. Nosso primeiro dossiê, organizado pelo *Diálogo Global* e pelo presidente da Sociedade Internacional Karl Polanyi, Andreas Novy, é uma celebração do 75º aniversário de seu livro mais importante. Autores de obras inovadoras sobre a vida e a obra de Polanyi, como Fred Block, Gareth Dale, Chris Hann e Margaret R. Somers, e especialistas de diferentes linhas de pesquisa que estão lendo o trabalho de Polanyi sob a lente dos nossos dias, abordam uma ampla variedade de tópicos, desde uma reflexão sobre o contexto intelectual que foi relevante para o surgimento da grande obra até análises acerca dos desenvolvimentos econômicos, sociais e políticos das últimas décadas através das lentes das perspectivas de Polanyi.

Ann Barden Denis morreu em fevereiro de 2019. Ela será lembrada não apenas por seu trabalho sociológico em seus campos de pesquisa, mas também por seu forte envolvimento na ISA, como bem destacado por Linda Christiansen-Ruffman, Angela Miles e Marilyn Porters em texto em sua homenagem.

Nosso segundo dossiê, organizado por Karin Scherschel, investiga a migração, um tópico que já possui uma longa tradição na sociologia e que vem chamando cada vez mais atenção nos últimos anos. Este conjunto de textos de diferentes países combina perspectivas históricas com uma análise das causas da migração, a situação dos migrantes e, em particular, dos refugiados, a regulamentação política em disputa e o envolvimento da sociedade civil.

Fridays for Future tornou-se um notável movimento social contra as mudanças climáticas, fazendo visível o crescente protesto dos jovens que enfrentam o desastre ecológico que ameaça o sustento da próxima geração. O artigo de Julia Kaiser e Jasper Stange mapeia a abordagem entre classes de mobilização e construção de coalizões, que é um novo desenvolvimento dentro do movimento ambiental.

Moustapha Tamba organizou uma coleção de artigos de sociólogos senegaleses. Eles se concentram na sociologia da educação e nos fornecem insights profundos sobre a organização e a acessibilidade da educação e os diferentes tipos de escolas e sua regulamentação em Senegal.

Por fim, em nossa Seção Aberta, Bengi Sullu, uma representante de jovens das Nações Unidas para a ISA, relata a 63ª Sessão da Comissão sobre o Status das Mulheres, evento do qual participou. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores do *Diálogo Global*

> O *Diálogo Global* pode ser encontrado em 17 idiomas no [website da ISA](#).
> Submissões devem ser enviadas a globaldialogue.isa@gmail.com.

ISA International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores Assistentes: Johanna Grubner, Christine Schickert.

Editor associado: Aparna Sundar.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Juan Lejárraga.

Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloisa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

Editores Regionais

Mundo árabe: Sari Hanafi, Mounir Saidani, Fatima Radhouani, Habib Haj Salem, Souraya Mouloudji Garrouddji, Abdelhadi Al Halhouli, Saida Zine.

Argentina: Alejandra Otamendi, Juan Ignacio Piovani, Martín Di Marco, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

Bangladesh: Habibur Haque Khondker, Hasan Mahmud, Juwel Rana, US Rokeya Akhter, Toufika Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Helal Uddin, Muhaimin Chowdhury, Md. Eunus Ali.

Brasil: Gustavo Taniguti, Angelo Martins Junior, Lucas Amaral Oliveira, Andreza Galli, Dmitri Cerboncini Fernandes.

Casaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Nidhi Bansal, Pragya Sharma, Manish Yadav, Sandeep Meel.

Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Abbas Shahrazi, Sayyed Muhamad Mutallebi, Ehsan Pournejati.

Japão: Satomi Yamamoto, Sara Maehara, Takeshi Kunitake, Riho Tanaka, Ekaterina Steposhyna, Yusuke Yotsugi.

Polónia: Jakub Barszczewski, Aleksandra Biernacka, Iwona Bojadzjewa, Katarzyna Dębska, Monika Helak, Sara Herczyńska, Kinga Jakiela, Justyna Kościńska, Adam Müller, Weronika Peek, Zofia Penza-Gabler, Jonathan Scovil, Marcjanna Szczepaniak, Agnieszka Szypulska, Aleksandra Wagner.

Romênia: Cosima Rughiniş, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Luciana Anăstăsoaie, Cristian Chira, Alexandra-Ioana Dragomir, Diana Alexandra Dumitrescu, Radu Mihai Dumitrescu, Iulian Gabor, Dan Gîţman, Iulia Jugănar, Ioana Mălureanu, Bianca Mihăilă, Rareş-Mihai Muşat, Oana-Elena Negrea, Mioara Paraschiv, Alina Cristina Păun, Codruţ Pînzaru, Susana Maria Popa, Adriana Sohodoleanu, Gabriela Stoian, Maria Stoicescu, Maria-Cristina Tîtea, Carmen Eugenia Voinea.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Anastasia Daur, Valentina Isaeva.

Taiwan: Jing-Mao Ho.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



A Grande Transformação, a obra magna de Karl Polanyi, publicada em 1944, traça a história econômica, social e cultural do capitalismo em face dos desenvolvimentos que ele testemunhou entre as décadas de 1920 e 1940. É uma investigação perspicaz do que aconteceu e pode acontecer na história do capitalismo. Este primeiro simpósio comemora 75 anos deste livro seminal com artigos sobre a história da obra de Polanyi, bem como perspectivas e abordagens inspiradas por ele.



A **migração** não pode ser vista como um fenômeno isolado, mas como a interação entre múltiplos fatores, como direitos sociais, econômicos, culturais e políticos, a divisão de Estados-nação, cidadania, globalização e controle restritivo dos processos migratórios. Os artigos aqui reunidos combinam perspectivas históricas com uma análise das causas da migração, a situação dos migrantes e refugiados mais particularmente, a regulamentação política contestada e o envolvimento da sociedade civil.



Esta seção fornece insights teóricos e empíricos sobre a **sociologia do Senegal**, com visões informativas sobre o sistema escolar senegalês e análises aprofundadas de diferentes aspectos, como escolas públicas e privadas árabes-francesas e a relevância da religião.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta Edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Por uma visão ecossocialista: uma entrevista com Qingzhi Huan
Por **Christine Schickert, Alemanha** 5

> A GRANDE TRANSFORMAÇÃO (75 ANOS DEPOIS)

75 anos de *A Grande Transformação*
Por **Brigitte Aulenbacher e Andreas Novy, Áustria** 9

A Grande Transformação de Polanyi aos 75
Por **Fred Block e Margaret R. Somers, EUA** 11

O mercado como estadismo: uma leitura polanyiana
Por **Antonino Palumbo, Itália, e Alan Scott, Austrália** 13

Polanyi, contabilidade e “para além do PIB”
Por **Gareth Dale, Reino Unido** 15

Grandes transformações: mercantilizando o Leste Asiático
Por **Jonathan D. London, Holanda** 17

O medo da substituição populacional
Por **Attila Meleg, Hungria** 19

O caminho do populismo
Por **Chris Hann, Alemanha** 21

O legado duradouro de Karl Polanyi
Por **Andreas Novy, Áustria** 23

> IN MEMORIAM

Ann Barden Denis: em homenagem
Por **Linda Christiansen-Ruffman, Angela Miles e Marilyn Porter, Canadá** 25

> MIGRAÇÕES

Migrações – em movimento
Por **Karin Scherschel, Alemanha** 27

Imaginações europeias e realidades da mobilidade africana
Por **Gerda Heck, Egito** 29

A caravana da América Central: um êxodo do século 21
Por **Carlos Sandoval, Costa Rica** 31

Refugiados como força de trabalho não livre: notas da Turquia
Por **Bediz Yilmaz, Turquia** 33

Desfazendo fronteiras em cidades solidárias
Por **Sarah Schilliger, Suíça** 35

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Estudantes pelo futuro: rumo à política de classe ecológica
Por **Julia Kaiser e Jasper Stange, Alemanha** 37

> SOCIOLOGIA DO SENEGAL

Educação católica privada no Senegal
Por **Moustapha Tamba, Senegal** 40

Sociologia do sistema escolar senegalês
Por **Souleymane Gomis, Senegal** 42

Ajustes estratégicos na educação franco-árabe no Senegal
Por **El Hadji Malick Sy Camara, Senegal** 44

Educação laica privada no Senegal
Por **Samba Diouf, Senegal** 46

Socioantropologia da liderança religiosa no Senegal
Por **Mouhamed Moustapha Dieye, Senegal** 48

> SEÇÃO ABERTA

Tornando os direitos das mulheres parte da vida cotidiana
Por **Bengí Sullu, EUA** 50

“O que todas essas iniciativas que se mobilizam com o slogan de uma cidade solidária têm em comum é a evocação de uma utopia concreta. Essa utopia concreta tem o potencial de eliminar restrições políticas, vinculando questões de migração e políticas sociais, em vez de colocá-las em conflito”

Sarah Schilliger

> Por uma visão ecossocialista

uma entrevista com Qingzhi Huan

Qingzhi Huan é professor de política comparada na Universidade de Pequim, na China. Em 2002-3, ele foi Pesquisador Visitante Harvard-Yenching na Universidade de Harvard, EUA, e em 2005-6, Pesquisador Visitante Humboldt Research na Universidade de Mannheim, na Alemanha. Sua pesquisa se concentra em política ambiental, política europeia e política de esquerda. Ele escreveu e editou vários livros sobre essas questões, incluindo *A Comparative Study on European Green Parties* (Um Estudo Comparativo sobre os Partidos Verdes Europeus), em 2000, e o *Eco-socialism as Politics. Rebuilding the Basis of Our Modern Civilisation* (Ecossocialismo como Política: reconstruindo a base de nossa civilização moderna), em 2010.

Nesta edição, ele foi entrevistado por **Christine Schickert**, diretora administrativa do Grupo de Pesquisa em Sociedades Pós-Crescimento da Universidade Friedrich Schiller de Jena, Alemanha, e editora assistente do *Diálogo Global*.



Qingzhi Huan. Créditos: FSU Jena.

CS: As mudanças climáticas se tornaram uma das questões políticas mais comentadas nos últimos anos, pelo menos nos países do Norte Global. Você poderia descrever o papel que essa discussão desempenha hoje na política e na sociedade chinesas?

QH: Lidar com a mudança climática global como uma das principais questões da política ambiental internacional avançou muito desde a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, também conhecida como UNFCCC, na cúpula do Rio, em 1992. De um modo geral, como a maioria dos outros países em desenvolvimento, a posição da China no combate às mudanças climáticas é clara e coerente – é chamado de “Princípio da Responsabilidade Comum, Porém Diferenciada”: Antes de tudo, a mudança climática é um desafio ou uma crise comuns a toda a sociedade

humana, mais do que apenas a países avançados ou em desenvolvimento; segundo, os chamados países ou regiões avançados, especialmente a UE e os EUA, devem assumir suas principais responsabilidades históricas, oferecendo ou transferindo os recursos e tecnologias necessários para os países em desenvolvimento; em terceiro lugar, os países em desenvolvimento, incluindo a China, devem fazer contribuições crescentes para o controle e a adaptação globais das mudanças climáticas, de acordo com suas crescentes capacidades.

Com base nessa posição política, a participação da China nas políticas internacionais de mudança climática nos últimos anos pode ser dividida em três estágios: antes de 1992, 1992-2012, 2012 até agora. Até 2012, o entendimento dominante era de que os países avançados, como da UE e os EUA, deveriam tomar medidas imediatas. Desde 2012,

>>

o governo chinês gradualmente atualizou ou mudou sua posição em relação à cooperação internacional em relação às mudanças climáticas, especialmente no âmbito da UNFCCC. O melhor exemplo, aqui, é o novo papel da China em alcançar e implementar o Acordo de Paris.

Para ser sincero, o principal impulso para esse ajuste da posição política chinesa não decorre da assinatura e implementação do Acordo de Paris, mas da implementação da estratégia nacional de promoção da construção de uma ecocivilização. Resumidamente, marcado pelo 18º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês (PCC), a modernização do “sistema nacional de governança ambiental ecológica e a capacidade de governança” foi reconhecida como um dos principais objetivos políticos e das políticas do PCC e do governo chinês; e unir a cooperação internacional às mudanças climáticas de forma mais ativa é um caso simbólico ideal para mostrar sua vontade política. Por exemplo, a China também está prestando cada vez mais atenção à implementação da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), organizando várias atividades internacionais importantes relacionadas à convenção em 2019-20.

CS: A proteção ambiental não é uma questão nova na China. Em 1972, a China, ao contrário de outros países governados por partidos socialistas, participou da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na qual vários princípios e recomendações sobre proteção ambiental foram acordados. Você poderia esboçar desenvolvimentos e mudanças nas políticas ambientais da China desde então?

QH: É verdade que a proteção ambiental da China como uma política começou formalmente em 1972, quando a delegação chinesa participou da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano. Como resultado, em 1973, o país realizou sua primeira conferência nacional sobre proteção ambiental e criou um escritório nacional encarregado dessa questão política. Desde então, a política ambiental da China passou por pelo menos quatro estágios de desenvolvimento: 1973-89, 1989-92, 1992-2012 e 2012 até os dias de hoje.

Na primeira etapa, com a formação e implementação da política de “reforma e abertura”, em 1978, sob a liderança política de Deng Xiaoping, a proteção ambiental rapidamente se tornou uma questão política importante e, conseqüentemente, “a proteção do meio ambiente como política básica do estado” foi oficialmente reconhecida em 1983, e tem sido uma das principais diretrizes políticas para a proteção ambiental da China até hoje. Durante o segundo estágio, sob a liderança política de Jiang Zemin, o desenvolvimento sustentável se tornou a principal expressão da PCC e da estratégia de ecologia política e governança ambiental do governo chinês. De 2002 a 2012 – uma etapa de transição em diversas maneiras –, sob a

liderança política de Hu Jintao, o conceito de “construção da sociedade por dois padrões” (sociedade que economiza recursos e ambientalmente amigável), apresentado em 2005, foi a palavra de ordem do PCC e do governo chinês da época. Em 2007, o termo “construção da civilização ecológica” foi incluído no relatório de trabalho do 17º Congresso Nacional do PCC. Desde 2012, a mudança real não é que a “construção da civilização ecológica” se tornou a palavra-chave da estratégia de ecologia política e governança ambiental do PCC e do governo chinês, mas sim que a proteção e a governança ambiental são reconhecidas como parte integrante da busca da “Modernização Socialista com Características Chinesas em uma Nova Era”, teórica e empiricamente falando.

CS: Há algum tempo, seu trabalho tem se concentrado na idéia do ecossocialismo. Você argumenta que o capitalismo “esverdeado” não é a resposta para a atual crise ecológica, mas também não é o socialismo tradicional “esverdeado”. Você poderia elaborar esse argumento e explicar o que significa ecossocialismo?

QH: Em poucas palavras, o ecossocialismo como filosofia política verde inclui dois aspectos principais. Por um lado, argumenta que os desafios ecológicos e ambientais nos níveis local, nacional e global, especialmente sob a estrutura institucional dominante do capitalismo contemporâneo, não são apenas problemas ou defeitos parciais ou temporários, mas são inseparáveis da própria estrutura: eles seguem a lógica da proliferação de capital e a proteção dos interesses dos proprietários de capital. Nesse sentido, várias medidas sob o regime capitalista, o chamado “capitalismo verde” ou “ecocapitalismo”, não podem resolver problemas ambientais. Obviamente, como Ulrich Brand e Markus Wissen expuseram claramente em seu livro *Os Limites da Natureza Capitalista*, isso não significa que medidas capitalistas contra danos ambientais, ou mesmo o “capitalismo verde”, sejam totalmente impossíveis na realidade (embora sempre implementadas de maneira seletiva).

Por outro lado, o que é enfatizado no ecossocialismo como filosofia política é que se trata de um novo tipo de socialismo, ou uma versão atualizada do socialismo, e, portanto, diferente de um esverdeamento simplificado ou falsificado do socialismo tradicional. Vale a pena notar que o socialismo científico ou o comunismo que Karl Marx e Friedrich Engels sugeriram há quase dois séculos atrás é um ideal que até agora não foi realizado, seja na antiga União Soviética ou na China contemporânea. E esse ideal não pode ser estabelecido em nenhum país ou região do mundo em um futuro próximo. Isso implica que o que estamos imaginando ou lutando é por uma orientação ecossocialista do nosso mundo, e não por uma sociedade socialista totalmente nova. Em outras palavras, uma das principais tarefas dos ecossocialistas hoje é esclarecer por que várias medidas sob o regime capitalista acabarão por não resolver os problemas que pretendem resolver e por que

várias iniciativas do ecossocialismo, enquanto alternativas reais ou radicais, podem verdadeiramente trazer mudanças substanciais em todas as sociedades, de modo que “outro mundo seja de fato possível”.

CS: Em muitos discursos que tenho seguido, o ecossocialismo é discutido como uma alternativa ao capitalismo verde, com sua própria visão do futuro, que não apenas oferece soluções para a crise ecológica, mas também aborda questões de desigualdade, visando conectar a justiça ambiental à justiça social. Mas você argumenta que os conceitos ecossocialistas no momento não parecem atraentes para o público. Por quê?

QH: É certo que o conceito de ecossocialismo ainda não é tão popular quanto muitas pessoas podem esperar ou argumentar, não apenas nos países capitalistas, mas também nos países socialistas, incluindo a China. Na minha opinião, existem várias razões para explicar essa anomalia. Em primeiro lugar, o ecossocialismo como ideologia política e política de estado ainda é muito afetado pela reputação manchada do socialismo tradicional nos países da antiga União Soviética e do Leste Europeu, que obviamente não tiveram êxito em institucionalizar as idéias e valores socialistas, tampouco em lidar com questões ambientais, como Saral Sarkar analisou de forma convincente em seu livro *Ecossocialismo ou Ecocapitalismo?* Além disso, a hegemonia do neoliberalismo em todo o mundo após o colapso do bloco socialista no início dos anos 1990 e sua propaganda política e ideológica foram, sem dúvida, um sucesso, fazendo com que a maioria das pessoas acreditasse que, realmente, não haveria alternativa ao capitalismo. O mais interessante e/ou lamentável é que a crise econômica e financeira de 2008 na Europa e nos EUA também não melhoraram substancialmente a situação estrutural para uma política radical ou alternativa, incluindo o ecossocialismo. O aumento e a crescente popularidade do “capitalismo verde” ou “ecocapitalismo” nos últimos anos podem ser considerados evidências que sustentam esse argumento.

Em segundo lugar, no que diz respeito à China, a competição política e as políticas de “construção da civilização ecológica” e a “construção da ecocivilização socialista” são exemplos esclarecedores de que o ecossocialismo está longe de ser uma ideologia política e uma ecologia política estabelecida. Uma divergência profunda é se uma orientação ou direção socialista seria condição prévia institucional para modernizar o sistema de proteção e governança ambiental da China de hoje. De uma perspectiva ecomarxista, enfatizar demais a introdução das chamadas instituições ou mecanismos modernos de proteção e governança ambiental dos EUA e da UE correria o risco de negligenciar a reformulação socialista de toda a sociedade, que é essencial para uma futura civilização ecológica socialista.

CS: O que é necessário para fazer do ecossocialismo algo

mais atraente enquanto uma visão para uma sociedade futura?

QH: Não é preciso dizer que essa é uma tarefa urgente e muito desafiadora para os ecossocialistas de hoje. Antes de tudo, os partidos e as políticas socialistas/de esquerda verde ainda são as principais forças para tornar a visão ecossocialista de uma sociedade futura mais desejável e atraente entre o público, e muito trabalho pode ser feito por eles. Por exemplo, uma mensagem encorajadora das eleições para o Parlamento Europeu de 2019 é que o eleitorado europeu, especialmente a geração jovem, tem mantido uma posição de apoio no combate às mudanças climáticas e outras questões ambientais globais, mas a esquerda, como um todo, não se beneficiou muito disso. Em segundo lugar, o diálogo internacional e a colaboração entre acadêmicos em todas as questões relacionadas ao ecossocialismo devem ser fortalecidos. Obviamente, deve ser um processo de mão dupla mais igualitário e aberto entre o Ocidente e os países em desenvolvimento. Para ser franco, a China tem sido uma “boa” aluna do Ocidente nas últimas décadas, no sentido de fazer o possível para imitar o que as nações avançadas fizeram ou estão fazendo para modernizar o país. A partir de agora, porém, a China precisa ser um parceiro mais independente e reflexivo da comunidade acadêmica internacional, concentrando-se em como realmente tornar o país melhor. Terceiro, uma das principais tarefas para tornar o ecossocialismo algo mais atraente, especialmente na China, é tornar o “Socialismo com Características Chinesas em uma Nova Era” mais atraente. Do meu ponto de vista, uma maneira crucial é introduzir e implementar conscientemente o princípio e a política da “construção socialista da ecocivilização”.

CS: Você distingue entre “economia em crescimento” e “economia de crescimento”, sendo esta última dependente do crescimento econômico contínuo, algo que parece prejudicial para resolver a crise ecológica. O que essa distinção significa em relação à China?

QH: Usei o termo “economia em crescimento” em 2008 para conceituar a natureza do desenvolvimento econômico da China na época, para mostrar como eu diferia um pouco de Takis Fotopoulos, um pensador grego radicado em Londres que analisou se o desenvolvimento sustentável seria compatível com a globalização. Para tanto, observei os desenvolvimentos recentes na China. Meu principal argumento é o seguinte: tanto em termos de legitimidade, conveniência e sustentabilidade de recursos quanto da capacidade ambiental, a taxa de crescimento econômico da China no início do século XXI era, em grande parte, necessária ou defensável. É claro que a situação geral do desenvolvimento econômico da China mudou drasticamente na última década e, atualmente, está enfrentando uma situação ainda mais desafiadora devido à disputa comercial/guerra com os EUA.

A verdadeira questão a esse respeito é se a economia

chinesa está ou não se movendo gradualmente para uma economia de crescimento, como a definiu Takis Fotopoulos. Minha reflexão é que ainda não há uma resposta simples para tal pergunta. Por um lado, a taxa de crescimento econômico anual é de 6-7% desde 2015, quase a metade do que era há dez anos (11,4%, em 2005), o que sugere que a China está continuamente otimizando sua economia de acordo com os diferentes estágios de desenvolvimento e, pelo menos para as regiões central e oeste do país, que uma taxa de crescimento econômico apropriada ainda é necessária ou sustentável no futuro próximo. Por outro lado, considerando o agregado econômico da China de hoje – de acordo com o Banco Mundial, são 13,608 trilhões de dólares no total e 15,86% do mundo inteiro em 2018 –, mesmo uma taxa de crescimento anual de cerca de 5% pode gerar tremendos impactos em nosso ambiente ecológico. Esta é a mesma razão pela qual argumentamos que uma perspectiva ecossocialista ou “a construção da ecocivilização socialista” pode contribuir para combinar melhor a necessidade de atender às necessidades básicas das pessoas e proteger o ambiente ecológico: mais ecologismo e mais socialismo.

CS: Nos países europeus e na América do Norte, a idéia de um capitalismo verde é a principal resposta para os atuais desafios ecológicos. O que eles poderiam ganhar com visões alternativas do futuro como a que você apresentou?

QH: Indiscutivelmente, o “capitalismo verde” ou o “ecocapitalismo” é a abordagem mais prática ou até “racional” para lidar com os atuais desafios ecológicos nos países europeus e na América do Norte, porque, graças à hierárquica ordem econômica e política internacional e a aceitação cada vez mais ampla do “modo de vida imperial” nos países em desenvolvimento, esses países “avançados” conseguem usar os recursos globais e sumidouros para a sua própria vantagem. Se essa configuração estrutural permanecer inalterada, pode-se imaginar que haverá pouca

possibilidade de o mundo avançar em direção a um futuro ecossocialista.

No entanto, parece que essa configuração se tornou social e ecologicamente problemática nos últimos anos. Por um lado, após o crescimento econômico de vários dos principais países em desenvolvimento, incluindo a China, está se tornando cada vez mais difícil para os EUA e para os países europeus manterem o *status quo* da ordem internacional, o que ameaçará não apenas a sua posição de hegemonia no sentido tradicional, mas também o modelo verde de “ecocapitalismo”. Em outras palavras, haverá cada vez menos espaço ou possibilidades na realidade para esses países “avançados” manterem a boa qualidade do ambiente local enquanto continuam desfrutando de uma alto nível de consumo material. Até certo ponto, as crescentes tensões hoje entre a China e o Ocidente, lideradas pelos EUA, podem ser interpretadas dessa maneira. Por outro lado, cada vez mais países em desenvolvimento, especialmente as economias emergentes como a China, estão levando a sério os problemas ambientais ecológicos por diferentes razões. Isso implica que haverá mais e mais restrições dos países em desenvolvimento na aceitação de capital e da tecnologia “sujos”, sem falar em desperdício e lixo, como demonstrou claramente a disputa sobre a importação de resíduos entre as Filipinas e o Canadá.

Nos dois sentidos mencionados acima, na minha opinião, os princípios e modos de pensar do ecossocialismo podem contribuir para que os países europeus e norte-americanos acabem percebendo os limites e defeitos do “capitalismo verde” ou “ecocapitalismo”. Resolver problemas locais e de curto prazo enquanto outros pagam os custos é uma prática que deve acabar, e um processo de transformação socioecológica radical precisa ser iniciado o mais rápido possível. Um mundo mais justo e uma sociedade mais igualitária é a condição prévia para um ambiente mais limpo. ■

Contato com Qingzhi Huan <qzhuang@sdu.edu.cn>

> 75 anos de A Grande Transformação

Por **Brigitte Aulenbacher**, Johannes Kepler University Linz, Áustria, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02), Pobreza, Estado de Bem-Estar e Política Social (RC19), Sociologia do Trabalho (RC30), e Mulher, Gênero e Sociedade (RC32), e **Andreas Novy**, Universidade de Economia e Negócios de Viena (WU), Áustria



A importância e a relevância contínua do livro de Karl Polanyi
A Grande Transformação se reflete nas várias línguas em que foi
traduzida. Crédito: Ana Gomez.

A Grande Transformação, a obra magna de Karl Polanyi, publicada originalmente em 1944, reconstrói a história econômica, social e cultural do capitalismo diante dos desenvolvimentos que ele testemunhou entre as décadas de 1920 e 1940: fundamentalismo de mercado após a Primeira Guerra Mundial, a crise subsequente e o colapso do mercado de ações em 1929, a Grande Depressão, as tentativas fascistas e comunistas de reorganizar a economia e a sociedade, o New Deal e, finalmente, a Segunda Guerra Mundial.

A Grande Transformação é uma investigação perspicaz daquilo que aconteceu e pode acontecer na história do capitalismo se a economia e a sociedade estiverem organizadas de acordo com o “credo liberal” do “mercado autorregulador”, e a sociedade se tornar cada vez mais uma “sociedade de mercado”, impulsionada pelos mecanismos de demanda, oferta, preço e dinâmica do mercado com fins lucrativos. Nesse sistema, em que “a sociedade humana havia se tornado um acessório do sistema econômico”, também os elementos que nunca haviam sido fornecidos e produzidos para venda – terra (natureza), trabalho e dinheiro – tornam-se “mercadorias fictícias”. Mas trabalho e terra não são outra coisa senão os próprios seres humanos dos quais toda sociedade consiste e o ambiente natural em que ela existe. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado” e levar à sua “demolição”. Karl Polanyi analisa a história do capitalismo do século XIX como resultado de um “movimento duplo”, o “movimento” de mercantilização” e os “contramovimentos” – movimentos trabalhistas, legislação, protecionismo etc. – pelos quais a sociedade humana busca segurança e proteção.

Em seu discurso presidencial no Congresso Mundial de Sociologia da ISA, em Yokohama, em 2014, Michael Burawoy enfatizou a importância de A Grande Transformação, dizendo como a nova “onda” de “mercantilização” que se iniciou na década de 1970, a fase pós-comunista da globalização posterior a 1989, a crise financeira de 2007-8 e os protestos sociais subsequentes podem ser entendidos

como um duplo movimento polanyiano. E, de fato, em especial desde 1990, tem havido um interesse crescente no trabalho de Karl Polanyi. Estudiosos de todo o mundo estão se referindo a sua análise do “duplo movimento” e tentando aplicar sua ideia principal de “mercadorias fictícias”. Além disso, eles também estão redescobrando suas visões de “liberdade em uma sociedade complexa” e suas equações quanto a uma sociedade justa e livre possível “quando o experimento utópico de um mercado autorregulado não for mais que uma memória” na história da civilização industrial.

Este dossiê foi elaborado em comemoração aos 75 anos da obra A Grande Transformação, e apresenta artigos referentes à história da obra de Karl Polanyi, bem como às perspectivas e abordagens que a utilizam. Fred Block e Margaret R. Somers leram o trabalho de Karl Polanyi em seu tempo, referindo-se aos mentores do neoliberalismo, Hayek e Mises, bem como ao fascismo, de maneira a mostrarem a sua relevância para entender as tendências autoritárias de hoje. Antonino Palumbo e Alan Scott vão além da dicotomia simplista do mercado-estado e explicam por que e como os estados apoiam os mercados. Gareth Dale fornece uma visão crítica da história da contabilidade nacional, que estabilizou uma ordem econômica baseada no lucro; decorrente dessas reflexões, Dale problematiza uma leitura supostamente polanyiana do debate “Para além do PIB”. Jonathan D. London, por sua vez, investiga a grande transformação no Leste da Ásia e explora a contradição de um aumento simultâneo na mercantilização e nas políticas de bem-estar. Attila Melegh e Chris Hann combinam uma profunda compreensão do trabalho de Karl Polanyi em seu tempo com reflexões contemporâneas sobre o populismo de direita, sobretudo em relação à migração e aos desenvolvimentos na Europa. Andreas Novy, por fim, conclui o dossiê enfatizando o legado duradouro de Polanyi, sua inspiração para os movimentos sociais de hoje, sua crítica ao capitalismo “global” contemporâneo e sua busca por alternativas. ■

Contato com:
Brigitte Aulenbacher <brigitte.aulenbacher@jku.at>
Andreas Novy <andreas.novy@wu.ac.at>

> A Grande Transformação de Polanyi aos 75

Por **Fred Block**, Universidade da Califórnia-Davis, e **Margaret R. Somers**, Universidade de Michigan, EUA



Karl Polanyi, Primeira Guerra Mundial. Créditos: Kari Polanyi Levitt.

Quando Karl Polanyi morreu em 1964, suas contribuições intelectuais não eram bem conhecidas, exceto entre antropólogos econômicos e estudiosos da antiguidade grega e romana. Como um intelectual refugiado, Polanyi dividiu sua vida entre quatro países diferentes – Áustria, Inglaterra, EUA e Canadá. Além disso, ele não pertencia a nenhuma disciplina especificamente; seu trabalho abrangeu história, geografia, economia, sociologia, antropologia, ciência política e estudos clássicos. Tudo isso tornou difícil para ele reunir a massa crítica de seguidores que sustentavam a reputação de outros importantes intelectuais refugiados.

Além disso, inicialmente, Polanyi provou ser um profeta não muito confiável em seu livro mais importante, *A Grande Transformação*. Ele sugeriu, nos capítulos finais, que o mundo havia finalmente reconhecido que a idéia de se criar um mercado global de autorregulação estava errada. Certamente, o “liberalismo incorporado” da ordem econômica pós-Segunda Guerra Mundial não era nem de longe tão destrutivo quanto o sistema-padrão-ouro do pré-guerra. Mas a criação de estados keynesianos de bem-estar, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, ficou muito aquém do tipo de socialismo que Polanyi havia imaginado. Além disso, o teórico falhou em prever a chegada da Guerra Fria ou a determinação de Washington em reconstruir uma economia mundial na qual bens e capital fluiriam livremente através das fronteiras nacionais.

Ironicamente, os eventos ocorridos após a sua morte cimentaram a reputação de Polanyi como um profeta. Na década de 1920, em Viena, Polanyi formou suas idéias em oposição ao fundamentalismo de mercado de Ludwig von Mises e de seu aluno, Friedrich Hayek. Dez anos após a morte de Polanyi, Hayek foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia e, alguns anos depois, elogiado como a grande inspiração teórica para as políticas econômicas de livre mercado de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Em resumo, as últimas quatro décadas de políticas fundamentalistas de mercado transformaram Karl Polanyi de um profeta fracassado no analista mais célebre e presciente no que tange aos poderes e perigos do mercado autorregulador.

> Austeridade e fascismo de padrão-ouro

Em *A Grande Transformação*, Polanyi culpa, inequivocamente, a ascensão do fascismo pela restauração do padrão-ouro internacional pós-Primeira Guerra Mundial, uma decisão pela qual os políticos de todas as credos, incluindo os bolcheviques, foram responsáveis. Contudo, uma vez que as crueldades da austeridade do padrão-ouro começaram a ser infligidas às pessoas economicamente vulneráveis em toda a Europa, socialistas e liberais se voltaram contra ela – não apenas por sua inexorável supressão de salários e gastos do setor público, mas também por sua anulação da democracia.

Os banqueiros e a maioria dos empregadores, por outro lado, insistiram que o padrão-ouro incorporava as leis econômicas da natureza, e que a adulteração desses mecanismos levaria a uma catástrofe econômica. Seus argumentos poderiam ter sido descartados como alegações de interesse próprio se não fossem pelas justificativas teóricas de von Mises e Hayek em relação à inação governamental em face do aumento da instabilidade econômica e do desemprego em massa. Para Polanyi, não foi apenas o fato de von Mises e Hayek advogarem políticas cruéis e imorais; era totalmente irrealista imaginar que milhões de famílias, a maioria das quais carecendo de amortecimento econômico, se adaptariam estoicamente à privação econômica. Ele também viu que, quando os trabalhadores votavam a favor do provisionamento público, salários decentes e benefícios de desemprego, esses esforços eram obstruídos em nome da austeridade. A consequência imediata foi uma profunda desilusão com a governança democrática, uma vez que as regras do padrão-ouro superaram inexoravelmente a soberania popular.

Os partidos fascistas se aproveitaram dessa desilusão prometendo o tipo de segurança que os globalizadores se recusaram a fornecer. Portanto, para Polanyi, “a vitória do fascismo foi praticamente inevitável em virtude da obstrução dos liberais [econômicos] de qualquer reforma que pudesse envolver planejamento, regulamentação ou controle”. Todavia, uma vez no poder, Hitler desafiou as restrições do padrão-ouro. Movendo-se rapidamente para restaurar o pleno emprego, os nazistas conseguiram obter apoio popular e consolidar totalmente sua ditadura.

> **Fundamentalismo de mercado e autoritarismo**

A sua relevância para o momento atual é impressionante. Quarenta anos de fundamentalismo de mercado criaram um regime de austeridade permanente, onde os governos, mais uma vez, foram efetivamente impedidos de aumentar os níveis de emprego ou de proteger as famílias da instabilidade do mercado. Se um governo considerasse desafiar essas restrições, provocaria represálias imediatas na forma de liquidação de mercado da dívida soberana e repentinas fugas de capital móvel. Até o governo de esquerda de Syriza, na Grécia, eleito em uma plataforma anti-austeridade, foi forçado pela Comunidade Europeia a continuar políticas estritas de austeridade.

Há, novamente, uma desilusão generalizada com as instituições democráticas e seu fracasso em proporcionar alívio da austeridade permanente. Os partidos de direita se fortaleceram ao capitalizar esse desprezo pelas normas e instituições democráticas. Finalmente, uma nova geração de líderes autoritários eleitos adotou o modelo de “democracia iliberal”, caracterizada pela manipulação eleitoral, pela captura judicial, pela supressão da mídia livre e por uma política de ódio que divide “o povo” dos “outros” do povo.

Certamente, os autoritários de hoje não são os mesmos que os fascistas do século XX. Mas seria tolice, também, se nós nos consolássemos com a ausência de formações paramilitares com uniformes. A imitação histórica não é critério relevante para comparação. Polanyi viu que a ameaça fascista entre guerras era uma resposta a uma crise da democracia criada pela autoridade inabalável do padrão-ouro. Mais uma vez, enfrentamos uma crise gerada pelas instituições que governam a economia global. Como seus antecessores, os autoritários contemporâneos entraram no vácuo criado pela crise e, em alguns casos, já começaram a perseguir seus “inimigos” em nome da proteção do “homem esquecido”.

A lição de hoje é sobre a urgência de um projeto de reforma econômica global que possa romper com as restrições da austeridade permanente e desfazer as crises da democracia impotente. De fato, o desafio de se criar um poderoso movimento de reforma global é enorme. Não é uma questão simples gerar cooperação global necessária para enfrentar crises, como as mudanças climáticas, o aumento dramático no número de refugiados globais e uma economia mundial cada vez mais desordenada. No entanto, neste momento, parece possível unir grande parte da população mundial em torno de um projeto de New Deal Verde Global que redistribuiria os recursos do Norte Global para o Sul Global, abordaria a emergência das mudanças climáticas e transformaria as instituições e regras que governam a economia global. Essa iniciativa internacional abriria espaço dentro das nações e regiões supranacionais para uma renovação da política democrática e uma onda de reformas para que fosse possível se criar economias funcionando para todas as pessoas. ■

Contato com:
Fred Block <fblock@ucdavis.edu>
Margaret R. Somers <peggs@umich.edu>

> O mercado como estadismo: uma leitura polanyiana

Por **Antonino Palumbo**, Universidade de Palermo, Itália, e **Alan Scott**, Universidade da Nova Inglaterra, Austrália, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Sociologia Urbana e Desenvolvimento Regional (RC21)



Karl Polanyi em Pickering, Ontário, no final dos anos 50. Crédito: Kari Polanyi Levitt.

Com exceção de economistas (ortodoxos), os cientistas sociais – em particular, os sociólogos e antropólogos – concordaram, há muito tempo, que o mercado competitivo puro não é a condição natural da humanidade. A partir desse consenso, eles lançaram inúmeras defesas da soberania do Estado, a fim de justificar formas estendidas de intervenção. Esses esforços foram redobrados desde a Crise Financeira Global (CFG) de 2008. Após a CFG, que foi enquadrada em termos de uma crise da dívida soberana e abordada por meio de medidas de austeridade, a defesa de ações estatais tomou uma de suas duas formas principais: (i) a defesa dos princípios keynesianos e a evocação de intervenções macroeconômicas voltadas para estimular o crescimento econômico; (ii) a promoção de um relato nostálgico do Estado de bem-estar do pós-guerra, apoiando medidas redistributivas direcionadas a atenuar as desigualdades sociais. Essas respostas, generalizadas entre os progressistas, falham em termos conceituais e normativos. Não se contestou – na verdade, se perpetuou – a alegação neoliberal, geralmente aceita, ainda que injustificada, de que haveria uma inevitável troca entre Estados e mercados.

> O Estado como campeão do mercado

A história social e política dos últimos dois séculos não corrobora esse relato de soma zero da relação entre Estado e mercado. A *Grande Transformação* de Karl Polanyi (publicada pela primeira vez em 1944) ainda oferece o melhor relato teórico a respeito dessa relação. Sintetizando a crítica da teoria social clássica da economia política liberal, Polanyi argumenta que as políticas de *laissez-faire* projetadas para criar uma sociedade de mercado foram o resultado de um plano político, enquanto as pressões sociais que apoiavam as ondas de regulação protetora foram uma reação espontânea contra as tensões produzidas por essas políticas. Ao tornar o mercado um ato de Estado, Polanyi rejeita as suposições do pensamento econômico político mais radicalmente do que as abordagens marxistas. Ele vê o Estado como o iniciador do esforço para estabelecer uma

>>

economia de mercado e aquele que é sempre requisitado para resgatar os mercados das crises cíclicas que eles próprios tendem a gerar. Longe de ser o comitê executivo da burguesia, o Estado se envolve na criação e modificação de mercado por razões genuinamente políticas – fortalecer o seu poder soberano –, e não em razão da hegemonia adquirida por idéias liberais ou neoliberais entre elites políticas e tecnocráticas.

Como os mercados podem ajudar o Estado a aumentar o seu poder soberano? A resposta que derivamos do relato de Polanyi é que os mercados têm a capacidade de minar as relações de cooperação que sustentam a vida comunitária, instigando vários subgrupos a competirem entre si. Assim, os mercados representam uma alternativa de força branda à força militar e repressiva. Eles minam a coerência interna e a autonomia normativa das comunidades, deixando os atores estatais livres para superar a oposição social em relação às tentativas de impor, de cima para baixo, uma vontade burocrática e centralizada. A batalha contra autoridades feudais, organismos intermediários, associações profissionais e guildas iniciadas pelo Estado absolutista e continuadas pelos Estados liberais tinha isso como objetivo. O interesse demonstrado pelos *apparatchiks* soviéticos no socialismo de mercado e a adoção do mercado neoliberal pelo Partido Comunista Chinês também refletem essa lógica. Tampouco nós devemos ignorar as maneiras pelas quais o padrão de mercado foi implantado de forma seletiva e estratégica para minar as comunidades e os grupos que resistiram ativamente à invasão burocrática do Estado. Ao contrário de Karl Marx (e de seus seguidores), a crítica de Polanyi aos mercados não se preocupa com a questão da exploração e/ou alienação dos trabalhadores, mas com seus resultados anômicos: a erosão da capacidade dos grupos de regular as próprias relações sociais e de manter a sua coesão normativa.

> Uma lógica colonial

Ao perseguir esse impulso centralizador, as autoridades estatais aplicam uma lógica colonial, tanto no nível doméstico (para subjugar as comunidades indígenas e os inimigos internos), quanto no internacional (para impor o domínio do Estado sobre territórios e populações estrangeiras). Quando analisado historicamente, essas duas atividades aparecem intimamente conectadas. A expansão externa tem sido o principal meio pelo qual o Estado conseguiu amortecer os crescentes conflitos sociais internos gerados pelas reformas de mercado – a chamada “questão social”. A semelhança entre as formas interna e externa de colonização também pode ser vista nas relações de cooperação que as autoridades estatais estabelecem com outros atores sociais. No nível doméstico, o processo de consolidação do Estado exigiu a formação de coalizões conspiratórias com várias elites sociais e econômicas dispostas a compartilhar encargos e benefícios. Da mesma

forma, no nível internacional, as potências coloniais sempre contaram com o apoio de grupos étnicos ou elites sociais compatíveis com aqueles que compartilhavam os despojos do empreendimento colonial. Em ambos os casos, as coalizões conspiratórias assim estabelecidas tiveram uma natureza competitiva, forçando seus membros a renegociarem periodicamente os termos da parceria de maneira egoísta. Crises econômicas e políticas, portanto, representaram oportunidades para transferir a responsabilidade para outros parceiros e regenerar o sistema de mercado, produzindo os ciclos de regulação e desregulamentação descritos por Polanyi.

> Reconnectando o social e o político

À luz desse complexo contexto estratégico e da interdependência de Estados e mercados, uma ênfase na soberania do Estado e um chamado para mais Estado e menos mercado não é simplesmente ingênua, mas perversa. De fato, o apoio social à ação estatal é sistematicamente empregado para aprovar medidas emergenciais que aumentam o poder de barganha dos atores estatais no processo de renegociação da coalizão da qual fazem parte. Da mesma forma, receios sobre a inadimplência da moeda soberana, aumentos de impostos e fugas de capitais são explorados para fortalecer a mão das forças econômicas monopolistas e das elites sociais sentadas à mesa de negociação. A última década resume os movimentos e as medidas contrárias feitas pelos membros da coalizão conspiratória responsável pelo estabelecimento do consenso neoliberal minado pela CFG. Para evitar repetir erros anteriores, precisamos de soluções que vão para além da defesa de medidas de bem-estar voltadas para a proteção dos pobres. A questão social deve ser reconectada à política: a democratização dos mercados e do governo. O apelo de Polanyi em prol dos direitos sociais e da democracia industrial foi um reconhecimento de tal necessidade. No entanto, uma ampliação da democracia com o objetivo de capacitar os cidadãos, agora, teria que ser estendida para além do contexto do emprego, a fim de incluir – entre outras coisas – direitos estendidos ao consumidor, limites legalmente consagrados à vigilância (estatal e corporativa), métodos para restringir o setor imobiliário e a especulação financeira, e a reorientação de questões acerca do meio ambiente, da natureza e dos recursos naturais, afastando-os de interesses econômicos estreitos, em direção à responsabilidade perante as gerações futuras. A alternativa é conviver com as conseqüências econômicas, políticas e sociais atuais e futuras de uma utopia neoliberal deficiente. ■

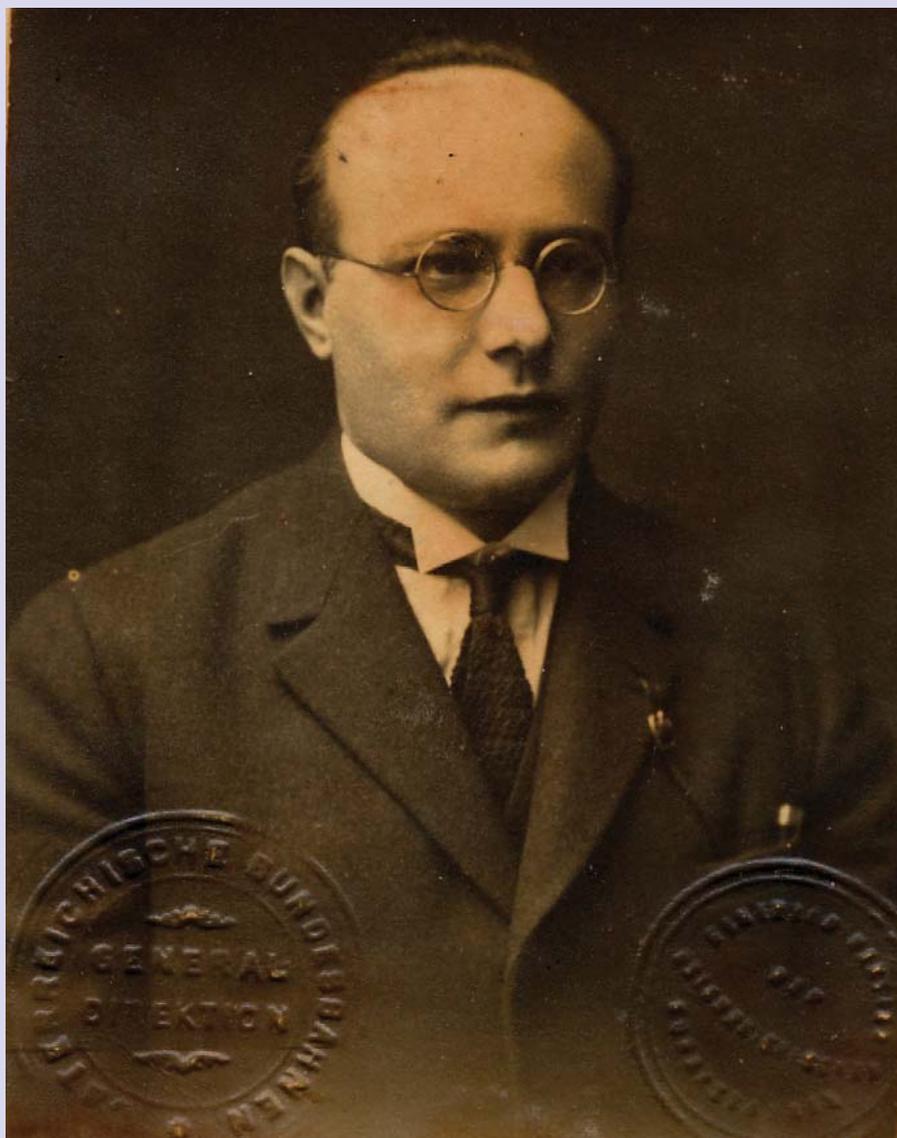
Contato com:

Antonino Palumbo <antonino.palumbo@unipa.it>

Alan Scott <ascott39@une.edu.au>

> Polanyi, contabilidade e “para além do PIB”

Por **Gareth Dale**, Universidade de Brunel, Inglaterra



Karl Polanyi em Viena, 1923.
Crédito: Kari Polanyi Levitt.

Ao debater com Ludwig von Mises a questão da contabilidade socialista, Karl Polanyi fez a seguinte observação: “A contabilidade é uma visão quantitativa da atividade econômica. A economia capitalista, por exemplo, gira em torno do lucro; portanto, sua contabilidade fornece uma visão geral da relação de cada elemento do capital com o lucro. A atividade de um exército limita-se a atingir objetivos técnicos militares, gastando dinheiro e bens de modo que sua visão geral se torna, em certo sentido, um fim em si mesmo: permite o controle”. Portanto, a tarefa de cada sistema particular de contabilidade, ele continua, “é simplesmente o seguinte: a contabilidade deve oferecer

respostas quantitativas às perguntas que precisamos fazer sobre a atividade econômica em questão. O caráter dessas perguntas determina o caráter do sistema contábil que fornecerá respostas para elas. A economia capitalista, por exemplo, faz do lucro o seu objetivo prático e, portanto, o seu sistema contábil é encarregado de fornecer uma visão geral que apresenta, quantitativamente, a relação de cada um de seus elementos característicos (os diferentes elementos do capital) com o imperativo da lucratividade”.

Nessa passagem, Polanyi identifica o princípio contábil mais importante da economia capitalista: girar em torno do lucro. Ele também dá o exemplo da contabilidade

>>

de um exército (“permitir o controle”) como um modelo de um tipo diferente. Vamos explorar brevemente esse ponto, começando com os grandes debates contábeis e as transformações do período entre guerras. Um foi o debate da contabilidade socialista, da qual Polanyi participou; o outro foi a revolução na contabilidade de renda nacional. Aqui, uma figura pioneira foi o economista institucionalista norte-americano Wesley Mitchell. Ele criticou a teoria neoclássica como “qualitativa” e pediu uma infusão de quantificação na economia. Para ele, a economia deveria estar situada em um terreno mensurável e, portanto, sólido.

> O nascimento da contabilidade da renda nacional

Em 1920, pouco antes da intervenção de Polanyi no debate socialista da contabilidade, Mitchell criou o Escritório Nacional de Pesquisa Econômica. O objetivo era coletar, sistematicamente, dados e desenvolver uma visão estatística rigorosa da economia como um todo. Mitchell estava entre os *designers* do conceito moderno de “renda nacional”. Ele aprimorou isso fornecendo números reais que pretendiam representar o conceito. Ao fazer isso, criou o que Philip Mirowski, em seu livro *The Birth of the Business Cycle* (O nascimento do ciclo empresarial), chamou de “uma nova entidade teórica”. Este trabalho preparou terreno para a revolução macroeconômica da economia: para a elaboração da *Teoria Geral* de Keynes e, também, para a idealização do Produto Interno Bruto (PIB). Em 1932, o Congresso dos EUA contratou Simon Kuznets, um estudante de Mitchell, para criar um meio de medir a produção do país. O trabalho de Kuznets acabou levando ao Produto Nacional Bruto (PNB) e ao PIB. A década de 1930 também viu a tentativa de Colin Clark em medir estatisticamente a “taxa de crescimento da renda real per capita anual”, bem como “o primeiro modelo dinâmico que afirma representar uma economia inteira”, publicado por Jan Tinbergen, em 1936.

A princípio, a contabilidade de renda nacional era realizada por um vento reformista. Se o governo deveria intervir efetivamente na economia para amenizar o sofrimento das pessoas durante os anos da Grande Depressão, ele precisava da ajuda de estatísticos. Os rascunhos iniciais de Kuznets procuravam exatamente desenvolver a contabilidade nacional de acordo com a ideia de bem-estar, incluindo “bens”, mas subtraindo gastos em “maus” investimentos, como os armamentos. Mas a preocupação de Kuznets e Mitchell com o bem-estar, como observa Marion Fourcade em *Economistas e Sociedades*, foi afastada quando as exigências do planejamento de guerra e, em seguida, a macroeconomia keynesiana e o gerenciamento da demanda prevaleceram. O próprio Kuznets trabalhou no planejamento militar no Conselho de Produção de Guerra, usando as técnicas nacionais de contabilidade de renda que havia ajudado a desenvolver no Departamento de Comércio. No mesmo processo, os gastos militares – salários

de pessoal e compra de armas – passaram a ser incluídos no PIB, mesmo quando os pagamentos de assistência social (previdência e seguro desemprego) foram excluídos.

> Problemas com o PIB

Em essência, o PIB apresenta um levantamento da atividade econômica sob a perspectiva do valor de troca legalmente transacionado. Logo, ele “recompensa” a mercantilização: cantar uma música não faz o PIB crescer, mas cantá-la e exigir que seu público compre ingressos, sim. O PIB exclui transações nas quais o dinheiro não circula – trabalho doméstico, bricolagem e trabalho voluntário. É cego ao gênero e à classe. Negligencia a distribuição de renda. Como o valor de troca, também é cego à natureza. Trata a venda de recursos naturais como renda, sem fazer nenhuma subtração proporcional ao esgotamento de recursos. Portanto, não leva em conta as externalidades.

O PIB, então, é uma métrica particularmente apropriada para um mundo dominado pelo valor de troca; é uma medida essencialmente capitalista. Mas, igualmente, é um índice desenvolvido pelos estados e usado para fornecer uma visão geral da “economia nacional”, com um olho voltado, principalmente, para a competição geopolítica. Trata-se de um índice que espelha a natureza e as necessidades dos estados capitalistas. Eles estão interessados não imediatamente no lucro, mas em administrar sociedades no interesse do capital. É por isso que as formas de visão estatística do exército, mesmo quando envolvem planejamento, não devem ser contrárias às do capitalismo.

Hoje, há debates envolvendo o PIB como nunca houve antes. Uma consequência disso tem sido a agenda “Para Além do PIB”. Seja por razões de ceticismo do crescimento ou por preocupação de que, se o crescimento do PIB permanecer fraco, a legitimidade do desempenho dos governos também sofrerá, líderes políticos, funcionários públicos e acadêmicos – entre eles Nicolas Sarkozy, Jacinda Ardern, Gus O’Donnell, Joseph Stiglitz e Amartya Sen – estão propondo e promovendo medidas alternativas.

Para o economista político polonês David Yarrow, a agenda “Para além do PIB” possui o potencial de desestabilizar a constituição da “economia” como um objeto unificado e centrado no mercado. Se isso acontecesse, seria um desenvolvimento bem-vindo. No entanto, o PIB não define o objetivo central do sistema econômico. Esse objetivo é a acumulação competitiva de capital, e os princípios contábeis que o orientam são aqueles no nível da empresa, não do Estado. Se a análise acima estiver correta, quando as críticas ao crescimento se focarem apenas na métrica do PIB, continuando tímidas em relação ao capital, elas estarão ocultando a causa mais profunda. ■

Contato com:

Gareth Dale <Gareth.Dale@brunel.ac.uk>

> Grandes transformações: mercantilizando o Leste Asiático

Por **Jonathan D. London**, Universidade de Leiden, Holanda

A expansão e o aprofundamento em escala global dos mercados e das relações de mercado estão entre os desenvolvimentos mais transformadores dos nossos tempos. Podemos nos referir a esses processos por meio de um neologismo genérico, embora deselegante: *mercantilização*. Os acelerados processos de mercantilização que se firmaram globalmente nas últimas décadas são profundamente “polanyianos”, na medida em que refletem tanto a dialética da expansão e ocupação do mercado quanto estratégias políticas deliberadas de transformação social, perseguidas por atores da elite política que pretendem ordenar a vida social para servir a interesses específicos e a objetivos instrumentais. Dito isto, as formas pelas quais a mercantilização se desenrolou, as respostas locais suscitadas e seus efeitos no bem-estar e na desigualdade variaram amplamente entre e dentro das diferentes regiões do mundo.

Globalmente, a mercantilização tem sido associada ao aumento do comércio, do investimento, da industrialização, da financeirização, da acumulação de capital em grande escala, atendendo a um crescimento – ainda que desigual – de renda e riqueza; mas também à crescente desigualdade, à insegurança econômica generalizada e sistêmica, e a catástrofe ecológica. Tudo isso foi permitido e acelerado pelo amplo triunfo de variedades de interesses capitalistas que pretendem tornar o mundo mais seguro para a acumulação, a qualquer custo. Em todo o mundo, a aceleração da mercantilização acompanhou a difusão de práticas corruptas cometidas sob a égide de princípios “amigáveis ao mercado”. Isso levou ao desenvolvimento de regimes de acumulação cada vez mais globalizados, mas politicamente irresponsáveis, que geram riqueza, mas ao mesmo tempo aumentam a desigualdade, de maneira a sustentar a insegurança econômica e o sofrimento eliminável mesmo quando a renda média e o consumo aumentam.

Mas a situação é tão ruim assim? Afinal, sob a mercantilização, o mundo ficou mais rico, especialmente no

Leste da Ásia, entendido aqui como os aproximadamente 20 países entre o Japão e a Indonésia. Um exame da dinâmica da mercantilização e suas dinâmicas correspondentes no Leste Asiático pode contribuir para uma análise polanyiana de nossos tempos.

> O “duplo movimento” no Leste Asiático

Entre os dados mais citados sobre as últimas três décadas de mercantilização estão aqueles que destacam a sua contribuição para a melhoria dos padrões de vida nos países em desenvolvimento, particularmente no Leste Asiático. Segundo o Banco Mundial, entre 1990 e 2016, a parcela da população do Leste Asiático que vive em “extrema pobreza” caiu de mais de 60% para menos de 3%. No entanto, esses números, em particular, não incluem as sociedades de mercado comparativamente mais pobres e de crescimento mais lento do Sudeste Asiático. Além disso, baseiam-se em linhas de pobreza duvidosamente baixas e em representações de progresso que atendem a interesses dominantes de promoção do mercado. Seja como for, e por mais variado que seja, a tendência regional é clara. Os processos de mercantilização nos países de alta, média e baixa renda do Leste da Ásia facilitaram o crescimento e melhoraram os padrões de vida das pessoas, bem como aumentaram as desigualdades e, algumas vezes, impulsionaram níveis chocantes de exploração. Mas a mercantilização do Leste Asiático também reflete elementos de um “duplo movimento” polanyiano.

Um aspecto particularmente intrigante do mercado mundial contemporâneo é que, embora sua expansão tenha sido facilitada pela hegemonia de idéias e interesses neoliberais (Dale, 2012), seu avanço foi acompanhado por rápidos aumentos na escala e na variedade de políticas sociais em todos os países de renda média e baixa do mundo. Em vez de um contra-movimento, a expansão das políticas sociais nos países de renda média e baixa que participaram dos processos de mercantilização reflete o posicionamento e a institucionalização em escala mundial das sociedades de mercados globais – ou ordens sociais

>>

– moldadas, respectivamente, por atributos relacionais e institucionais sociais específicos para cada país.

No Leste da Ásia, a escala, o escopo, a velocidade e a complexidade localizada desses processos têm sido particularmente impressionantes, ocorrendo em um cenário de desenvolvimento desigual e combinado. Em toda a região, a escala e o escopo dos sistemas de educação, saúde e proteção social expandiram-se bastante, assim como os gastos públicos e privados nesses campos. Na Coreia do Sul e em Taiwan, e até mesmo na Tailândia, Indonésia e Filipinas, a expansão das políticas sociais foi acelerada por incentivos eleitorais que recompensaram as elites, com a promessa de expandir a proteção social. Em Cingapura, Hong Kong e Malásia, comparativamente mais ricos, estados não democráticos implementaram serviços de educação, saúde e proteção social em uma escala impressionante, embora de modo estratificado que, desnecessariamente, sustentaram a pobreza. Na China e no Vietnã, os partidos comunistas nominalmente anticapitalistas instituíram verdadeiras sociedades de mercado, exibindo estruturas políticas corporativistas profundamente autoritárias que proporcionaram um rápido crescimento econômico e um piso básico de serviços, a fim de aumentar a participação econômica de suas respectivas populações – mesmo que o acesso a serviços além de um nível básico exija capital político e econômico. Até o Camboja, Laos e Mianmar exibem conjuntos de políticas sociais em expansão.

> Debatendo a natureza do duplo movimento

Visto globalmente, alguns consideram os desenvolvimentos no Leste Asiático como evidência de um genuíno duplo movimento de descomodificação tal qual percebido por Polanyi, no qual a integração contínua das sociedades do Leste Asiático, tardiamente industrializadas no mercado mundial em expansão, vem acompanhada da implementação de políticas sociais estatais que visam proteger populações provenientes das vicissitudes dos mercados doméstico e mundial, além de apoiar o desenvolvimento de capacidades necessárias para competir e obter mobilidade ascendente dentro deles. Dirigindo-se à expansão global da política social, Harris e Scully afirmam que a mercantilização no Sul Global é anterior ao neoliberalismo, e que, apesar da ênfase do neoliberalismo em desenvolver e expandir o papel dos mercados, seu avanço obscureceu “uma mudança tangível em direção à descomodificação de vida político-econômica”. De fato, a OIT relata que, até 2019, aproximadamente metade da população mundial está coberta por pelo menos um benefício social.

Os céticos da expansão das políticas sociais no Leste da Ásia detectam um movimento duplo polanyiano distintamente neoliberal e até mesmo falso, que afasta

os habitantes do Leste Asiático dos princípios do universalismo e da descomodificação, levando-os em direção a modos de governança e cidadania de mercado que isolam a acumulação de mecanismos democráticos. Esse duplo movimento neoliberal reflete a suposição de que o bem-estar é mais bem promovido e determinado dentro e através do mercado, a ponto de até as políticas sociais promoverem a lógica da economia de mercado. As crescentes desigualdades e a ampla comercialização e estratificação de serviços observadas na região dão suporte a essa visão. De fato, as políticas sociais estatais na região se tornaram os principais locais de acumulação de capital.

Então, o que devemos fazer em relação à grande transformação do Leste Asiático, que tem sido associada a melhorias significativas – embora altamente desiguais – nos padrões de vida das pessoas, à ampla subordinação das populações às sociedades de mercado construídas e mantidas para atender aos interesses da elite, mas também ao aumento da renda e expansões significativas na escala e no escopo das políticas sociais?

> Instituir dentro de ordens sociais

Compreender o significado da transformação do Leste Asiático requer uma análise dos países enquanto ordens sociais e, com isso, explorar aprofundadamente as dinâmicas sociais de seus atributos relacionais e institucionais. Apenas na Coreia do Sul e em Taiwan, observamos insinuações de uma genuína reincorporação do mercado nas linhas que Polanyi imaginava. Na China e no Vietnã, o duplo movimento ocorreu mediante a consolidação das ordens leninistas de mercado. Na região, como um todo, políticas sociais, tal qual os mercados, desenvolveram-se dentro (e foram encaminhadas por via) das relações de poder predominantes. Se existe uma tendência ampla, é que as elites do Leste Asiático instituíram ordens sociais e variedades de cidadania de mercado caracterizadas por políticas sociais fracamente universalistas, que estendem um piso básico mais ou menos adequado de serviços, mas tornando o acesso a serviços melhores altamente contingente dos princípios do “pague conforme o uso” e das conexões políticas. Portanto, no Leste da Ásia, melhorias significativas nos padrões de vida, no consumo de massa, no consumismo e na expansão das políticas sociais em meio à crescente desigualdade, à insegurança econômica sustentada e à catástrofe ecológica representam, de fato, uma grande transformação, embora não seja do tipo que Polanyi imaginou e outros ainda podem esperar. ■

Contato com: Jonathan London <j.d.london@hum.leidenuniv.nl>

> O medo da substituição populacional

Por **Attila Melegh**, diretor-fundador do Centro Karl Polanyi da Universidade Corvinus de Budapeste, Hungria

As populações do leste europeu estão (novamente) no processo de entender as ideias de seu filho, Karl Polanyi. Depois de escrever *A Grande Transformação* e explicar por quê a utopia do mercado leva à necessidade de recuperar uma “cobertura protetora” contra sistemas de “ficções brutas”, em 1945, Polanyi argumentou também que a introdução de um mercado livre levaria a um nacionalismo louco na Europa Oriental:

“Se a Carta do Atlântico realmente nos compromettesse a restaurar o livre mercado, nos locais onde eles desapareceram, poderíamos, assim, abrir as portas para a reintrodução de um nacionalismo louco.” (Polanyi, *“Universal Capitalism or Regional Planning”* [Capitalismo Universal ou Planejamento Regional])

Chris Hann, em seu livro mais recente, *Repatriating Polanyi* [Repatriando Polanyi], também afirma que as causas mais profundas da ascensão do nacionalismo na Europa são as instituições de uma “ordem neoliberal global”. Neste breve artigo, argumento que as mudanças demográficas em uma era neoliberal global instaram a humanidade - na Europa, na Europa Oriental e (como um caso de teste), de maneira significativa, nas sociedades húngaras - a procurar alguma proteção contra uma utopia do mercado global. Essas sociedades rejeitam o interesse do capital em substituir populações domésticas desaparecidas ou emigradas por migrantes desenraizados de regiões para além dos países vizinhos.

> Fatores de nível global

A era neoliberal, que começou no final dos anos 80, testemunhou uma série de mudanças muito importantes nos processos demográficos globais, que podem tornar a migração uma questão muito mais controversa do que em períodos anteriores.

- Durante o período de globalização, a migração aumentou mais rapidamente que a população, enquanto a fertilidade diminuiu continuamente, causando um sério envelhecimento da população. Enquanto isso, a melhora na taxa de mortalidade diminuiu um pouco em comparação a períodos anteriores.

- Por trás do crescimento da migração está o papel principal desempenhado pelo aumento da mobilidade do capital, que desmontou e desenraizou grandes segmentos das sociedades em todo o mundo. A reestruturação econômica resultante e a perda de empregos estáveis tornaram o trabalho cotidiano e a vida familiar muito menos estáveis e aumentaram a sensação de insegurança.

- Os debates sobre migração (baseados em padrões discursivos de controle historicamente herdados versus promoção da migração) tornaram-se mais acirrados devido ao aumento dos benefícios sociais e à concorrência trabalhista. Isso está relacionado aos seguintes fatores interligados: envelhecimento contínuo da população global devido à diminuição da fertilidade; o declínio observável da taxa de participação da força de trabalho nas faixas etárias ativas; uma pequena convergência salarial em que os grupos privilegiados do Ocidente experimentaram pouco ou nenhum aumento salarial; e a estagnação geral dos níveis de redistribuição desde meados da década de 1990, conforme explicado por Böröcz em um artigo de 2016, *“Global Inequality in Redistribution”* [Desigualdade Global na Redistribuição].

> Fatores em nível europeu

A historicamente baixa fertilidade da Europa em comparação com a média global e o contínuo envelhecimento acima da média, perdendo algumas das vantagens de mortalidade do continente, apontam para a crescente importância dos fatores demográficos para explicar por que toda a Europa ficou tão ansiosa com a migração. Isso está relacionado à migração paradoxal versus a competição de bem-estar em uma era neoliberal. A mobilidade do capital tem sido muito alta (o fluxo líquido de investimento direto estrangeiro está acima dos níveis globais). As economias socialistas complexas da Europa foram desmanteladas por causa dessa mobilidade, que por si só levou à perda maciça de empregos e à mobilidade populacional em um espaço aberto, mas desigualmente desenvolvido. Também vemos que a Europa como região privilegiada em termos de bem-estar econômico per capita tem experimentado um declínio de importância global, enquanto continua a ter níveis de migração altos e acima dos globais.



> **Fatores regionais e locais**

Se compararmos o emprego de longo prazo, podemos ver que, a partir de uma alta histórica de todos os tempos - bem acima dos níveis globais - nos anos 80, nos países da Europa Oriental, as taxas de participação da força de trabalho caíram muito abaixo dos níveis europeus e até mesmo globais dos anos 90 e 2000, antes de voltar a subir nos anos 2010. Assim, houve duas décadas perdidas, que tiveram um grande impacto nessas sociedades.

Esse período de economia de choque significou enorme desassociação e desenraizamento. Como Hann argumenta, isso significou que mudanças radicais no nível macro foram flagrantemente contra as normas e práticas cotidianas das pessoas na transição para a “sociedade de mercado”. No que diz respeito à imigração, a característica principal é que toda a região, incluindo a Hungria, envia grandes fluxos de pessoas para o Ocidente, mas só recebe migrantes da região imediata; outras conexões são raras e relativamente fracas. Segundo as Nações Unidas, em 2015, mais de 25 milhões de pessoas que nasceram nos pequenos estados da Europa Oriental não viviam em seu país de nascimento; enquanto isso, o número total de imigrantes, principalmente da região mais próxima, mal excedeu 10 milhões, indicando perdas populacionais em larga escala.

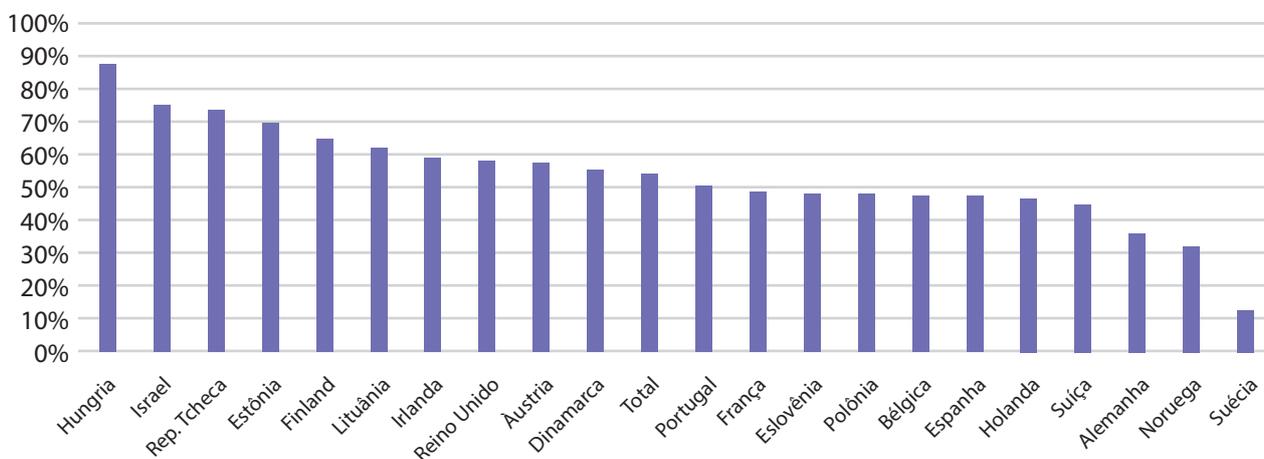
As consequências do intercâmbio desigual com os países ocidentais (o capital entra e o trabalho sai) – perda da força de trabalho e da qualificação; a crescente incompatibilidade entre demanda e oferta de trabalho; e a perda de arrecadação social e tributária, especialmente no processo geral de envelhecimento - são graves do ponto de vista

do Estado-nação e de seu sistema de assistência social. É possível argumentar que, ao contrário da tendência global - e até certo ponto europeia - que tendem a um crescimento populacional estável, existe a ameaça de que alguns países da Europa Oriental serão incapazes de funcionar do ponto de vista demográfico sem grandes tensões. em seus sistemas de bem-estar social já truncados. Isso pode explicar por que algumas populações da Europa Oriental estão tão abertas aos temores de uma substituição de população.

Podemos argumentar que o interesse dos negócios e do capital está claramente em uma “troca fictícia de mão-de-obra migrante”. Em uma estrutura neoliberal, eles ficam felizes em retirar mão-de-obra e oferecer às regiões emissoras a oportunidade de “importar” mão-de-obra igualmente abstrata. Isso é rejeitado pelas comunidades locais e por alguns governos nacionalistas como sendo uma opção catastrófica em meio à fragilidade demográfica. Paradoxalmente, e de certa forma, tragicamente, esse pânico é especialmente eficaz quando a questão é a recente crise de refugiados causada pelas tensões e guerras dos últimos 30 anos de neoliberalismo. Mas não pode haver resposta nacional ou nacionalista para tais tensões e contradições. Somente um duplo movimento global pode formular uma resposta que possa mostrar uma saída da tensão atual, em vez da defesa mecânica e autoritária do “corpo demográfico” nacional ou local. A saída da ordem neoliberal pode ser a única maneira de garantir a dignidade de migrantes e não migrantes em todo o mundo simultaneamente.

Contato com: Attila Melegh <melegh@demografia.hu>

Países que permitem poucos ou nenhum imigrante de países mais pobres de fora da Europa, *European Social Survey*, 2014 (antes da chamada crise dos refugiados)



Fonte: European Social Survey (ESS), 2014/2015, https://www.europeansocialsurvey.org/download.html?file=ESS7e02_2&y=2014, acesso em 15 de outubro de 2019.

> O caminho do populismo

Por **Chris Hann**, Instituto Max Planck de Antropologia Social, Alemanha



Imigrantes na estação Keleti em Budapeste, Hungria, em 2015. Crédito: Chris Hann.

O complemento de *A Grande Transformação* de Karl Polanyi, que foi publicado um mês antes, em março de 1944, em Londres, é *O Caminho da Servidão* de Friedrich Hayek. Nenhum dos dois pode ser classificado como um trabalho da sociologia profissional ou de ciências sociais. Esses são livros populares de estudiosos que visam atingir um amplo público. Mas enquanto o livro de Hayek alcançou seu objetivo muito rapidamente (graças em parte a uma versão resumida publicada na revista americana *Reader's Digest*), o texto muito mais longo de Polanyi teve apenas vendas modestas. Embora Polanyi e Hayek estejam enraizados na economia austríaca, eles diferem enormemente em estilo e substância. Polanyi mergulha nos detalhes da história

econômica britânica e na etnografia colonial para concluir com argumentos a favor do socialismo democrático. O trabalho de Hayek é mais abstrato e estridente. Ele vê as doutrinas econômicas do liberalismo, consideradas por Polanyi as responsáveis pelas catástrofes do fascismo, como a chave da liberdade individual e da eficiência econômica. Para Hayek, o planejamento socialista leva ao totalitarismo. Ele recomenda mercados livres com intervenção estatal mínima. Essa contribuição explora não a complexa história intelectual que precedeu as publicações de 1944, mas a pertinência dessas filosofias econômicas contrastantes para o que se seguiu e, portanto, para o estado da sociedade mundial hoje, 75 anos depois.



> A ascensão e queda do liberalismo incorporado

As primeiras décadas do pós-guerra são comumente consideradas como uma era em que a economia é “reinserida” na sociedade (para usar a metáfora familiar de *A Grande Transformação*). As tensões do “duplo movimento” polanyiano (por um lado, a penetração do princípio do mercado e, por outro, a “autoproteção” da sociedade) são mitigadas pelos princípios keynesianos de gestão econômica, a fim de manter alto emprego e consolidar os estados assistenciais. O socialista Karl Polanyi não ficou impressionado com esses compromissos, nem mesmo com os fortes estados assistenciais da Escandinávia. No entanto, as economias mistas desse período e o sistema financeiro negociado em Bretton-Woods permitiram que as democracias liberais prosperassem nessa geração.

Esses desenvolvimentos foram prejudicados pela política de hidrocarbonetos e pelo colapso de Bretton-Woods na década de 1970. Na década de 1980, o presidente Reagan e a primeira-ministra Thatcher (citando Hayek como seu guru) estavam atacando o equilíbrio pragmático do liberalismo incorporado e proclamando as virtudes do livre mercado. Os dogmas neoliberais foram disseminados globalmente após o colapso do bloco soviético. Com o fim do planejamento central, as privatizações e comercialização radicais levaram a um deslocamento extremo. A maioria dos Estados pós-socialistas da Europa Oriental foram finalmente admitidos na União Europeia. As novas elites do Oriente uniram-se às antigas elites do Ocidente para lançar o capítulo social do Tratado de Maastricht ao esquecimento. A criação do euro garantiu que, como o domínio do princípio do mercado induziu uma mobilidade cada vez maior de capital e trabalho, os ideais anteriores da “Europa social” fossem agora descartados. As respostas de austeridade à crise financeira internacional iniciada em 2007 demonstraram, mais uma vez, as contradições de um capitalismo que parece cada vez mais desenraizado.

> Mercados institucionalizados e política populista

Seja por uma decisão de economizar ou consumir, migrar em busca de salários mais altos ou aceitar o que está disponível no *Heimat* [pátria, em alemão], a vida econômica sempre acontece em contextos estruturados tanto socioculturalmente quanto institucionalmente. A metáfora da dissociação não pode ser interpretada literalmente: precisamos examinar o que Polanyi chamou de “processo instituído”. Uma inspeção cuidadosa revela que o regime de livre mercado depende criticamente de Estados fortes para defender os direitos de propriedade e reforçar os interesses

dos capitalistas em geral. Se Polanyi estivesse escrevendo hoje, ele provavelmente prestaria atenção às maneiras pelas quais os poderes até mesmo dos Estados mais fortes foram subvertidos pelas empresas transnacionais, evitando astutamente os impostos e prestando contas apenas aos seus próprios acionistas. Ele ficaria chocado com o modo como os regimes neopatrimoniais, notadamente o de sua terra natal, a Hungria, manipulam instituições (como os mecanismos da União Europeia) não para que o planejamento pragmático sirva aos interesses de suas populações, mas para cimentar os elos de dependência clientelística dentro de um partido quase-monopolista.

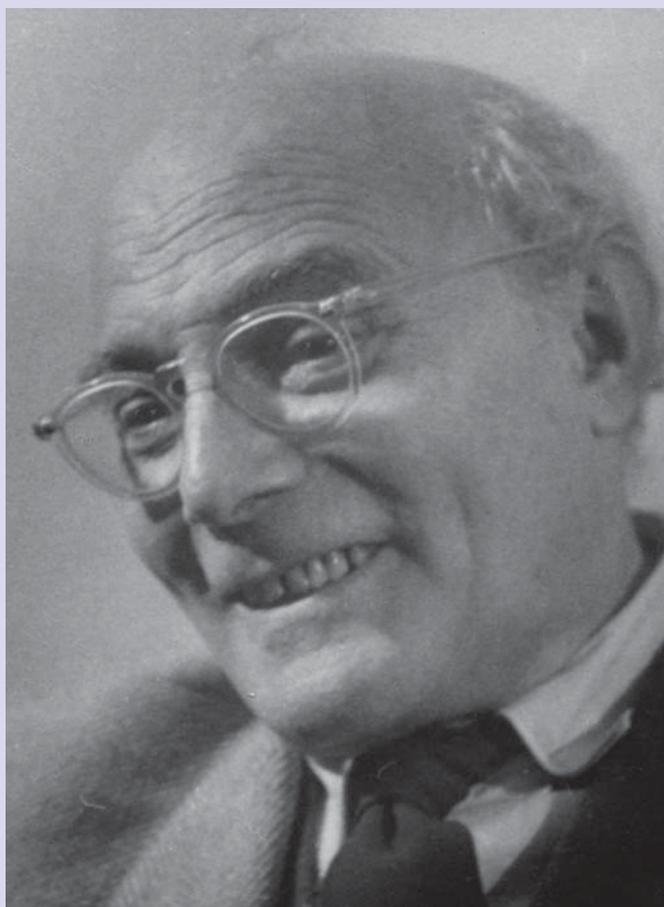
A nova institucionalização da economia é acompanhada por um aumento alarmante da política “populista” em todo o mundo. Líderes como Orbán na Hungria ou Trump nos EUA estão questionando a compatibilidade básica do capitalismo e da democracia. Nesta conjuntura, a análise de Karl Polanyi das tensões do duplo movimento é presciente. Quando uma sociedade como a Hungria, que vinha realizando experimentos bem-sucedidos no “socialismo incorporado” a partir de meados da década de 1960, é abruptamente exposta aos ventos do *laissez-faire* global, ela responde buscando se defender, reafirmando valores que parecem estar ameaçados no novo mercado global. Na prática, isso significou camuflar novas divisões de classe, estimulando o sentimento étnico-nacional. Enquanto os ciganos e os judeus são os bodes expiatórios conhecidos no país, Bruxelas (a sede da UE neoliberal) substituiu Moscou (a sede do antigo sistema de planejamento central) como o principal inimigo externo. Os detalhes podem diferir, mas o nexos populista é aquele que Polanyi teria reconhecido, dadas as semelhanças com as raízes do fascismo europeu.

A Grande Transformação é a análise definitiva de onde os dogmas anti-socialistas e os dogmas do *laissez-faire* de *O Caminho da Servidão* conduzem. Ambos os livros foram reimpressos muitas vezes e amplamente traduzidos, mas a mensagem de Polanyi nunca foi compactada no formato da *Reader's Digest*. As vendas de Hayek sempre superaram as vendas de Polanyi e continuam a fazê-lo. Acima de tudo, nos países anglo-saxões, 30 anos após o fim da Guerra Fria, a necessidade de demonizar o socialismo é um hábito difícil de se livrar. Karl Polanyi oferece uma alternativa abrangente à noção simplista de que a espontaneidade do livre mercado é a melhor garantia da liberdade individual. A questão mais importante de nosso tempo é se a atual crise da ideologia Hayekiana pode ser resolvida com um novo renascimento do liberalismo keynesiano ou se esse é realmente um “fim de jogo” para o capitalismo. O otimista Polanyi esperaria pelo último. ■

Contato com Chris Hann <hann@eth.mpg.de>

> O legado duradouro de Karl Polanyi

Por **Andreas Novy**, Universidade de Economia e Negócios de Viena (WU), Áustria



Karl Polanyi em 1964.
Créditos: Kari Polanyi Levitt.

o conceito de enraizamento, estimado por Polanyi, mas o usou para investigar o funcionamento de mercados concretos nas sociedades de mercado, enquanto Polanyi problematizou a viabilidade das sociedades de mercado em geral. Para Polanyi, a falta de coesão social nas sociedades de mercado resulta da independência funcional e - pior - da supremacia dos motivos e interesses econômicos sobre as preocupações e interesses políticos da sociedade.

> A análise espacial implícita de Polanyi

Karl Polanyi foi um forte defensor do movimento cooperativo e admirador de Robert Owen, um dos primeiros defensores do movimento. Movimentos antiglobalização, economia social e economia solidária, todos esses movimentos contemporâneos populares de base visavam capacitar cidadãos, camponeses e trabalhadores a moldar suas vidas pessoais e sociedades. Eles experimentaram autogestão e formas de governança participativa e foram frequentemente motivados por uma firme crença na capacidade das pessoas e comunidades de se apossar de suas vidas, de “reinsereir a economia na sociedade”, em valores mais cooperativos, necessidades e desejos menos materialistas. Portanto, eles promoveram a democratização socioeconômica com os objetivos vinculados de colocar a economia em seu lugar, além de estender a democracia para além da esfera política. As atividades de financiamento, produção e assistência são consideradas importantes demais para serem isoladas da tomada de decisão coletiva, da responsabilidade pública e da cogestão. Muitos desses movimentos da sociedade civil, mais recentemente o movimento de transição e bens comuns, promoveram inovações sociais de baixo para cima. Mas, muitas vezes, foram vítimas da armadilha

Após sua morte em 1964, Karl Polanyi era conhecido principalmente na antropologia, sendo um defensor feroz de uma compreensão mais contextualizada da economia como a “organização dos meios de subsistência”. Sua redescoberta como cientista social em uma ampla gama de disciplinas ocorreu a partir de 1970. Na economia, foi através do trabalho de Douglass North, que recebeu o Prêmio Nobel por enfatizar a importância das instituições no desenvolvimento econômico. Diferentemente de Polanyi, ele se concentrou nos mercados, propriedades e contratos. Na sociologia, Mark Granovetter popularizou

localista, incapazes de instigar mudanças institucionais e estruturais além de seu projeto ou vizinhança.

Isso leva a um aspecto crucial, embora negligenciado, da obra de Karl Polanyi: sua análise espacial implícita. A crítica frequentemente citada por Polanyi ao mercado de autorregulação não é uma rejeição de todos os tipos de mercados. É uma crítica ao surgimento de “Um Grande Mercado”, um mercado interconectado no qual tudo pode ser negociado - mesmo objetos que não foram produzidos para venda. A principal instituição que sustentou o “Um Grande Mercado” até a década de 1930 foi o padrão-ouro. Isso tornou todas as atividades socioeconômicas do mundo comparáveis e, portanto, negociáveis. Essa utopia do liberalismo econômico é distópica do ponto de vista polanyiano. Mesmo antes do termo “globalização” ser inventado no final do século XX, Polanyi era um crítico feroz do “capitalismo universal”, bem como da disseminação descontrolada da tecnologia na “era das máquinas”.

> Neoliberalismo e a necessidade de alternativas multi-escalares

Mas foi somente após o estouro da bolha das pontocom em 2000 e da crise financeira de 2008-9 que sua crítica às consequências sociais e ecológicas desastrosas de uma “economia de mercado livre” deliberadamente planejada foi retomada para reflexões críticas sobre como as sociedades contemporâneas respondem à mercantilização da vida. Quatro décadas de neoliberalismo planejado e a economia de todos os aspectos da vida levaram a um corpo crescente de pesquisas inter e transdisciplinares. Na sociologia, Michael Burawoy aplicou as conceituações de Polanyi para compreender a atual mercantilização da natureza, conhecimento e dados. O impacto do neoliberalismo na vida cotidiana, da divisão de trabalho por gênero à comercialização da educação e saúde, foi aprofundado pelo crescente domínio dos mercados financeiros.

A resistência mundial contra o neoliberalismo, acadêmica e política, transformou Polanyi em uma inspiração fundamental para os interessados em entender e em mudar um mundo dominado pela lógica do mercado. Muitos estudiosos renomados criticam a globalização neoliberal, denominada hiperglobalização por Dani Rodrik e “grande financeirização” por Kari Polanyi Levitt. Como Wolfgang Streeck insiste, a ordem econômica global contemporânea ameaça a democracia, os regimes de bem-estar e a soberania nacional. As alternativas consistiriam em formas mais modestas de integração econômica, maior espaço político nacional e uma reinvenção da democracia.

Essas preocupações foram recentemente abordadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e

Desenvolvimento (UNCTAD) em seu apelo por um Novo Acordo Global que supere a austeridade, a reinserção dos mercados financeiros e limite o poder econômico, especialmente o poder do capital financeiro e de plataformas digitais. Essa pode ser a contribuição mais importante dos economistas heterodoxos para a sociologia econômica que, desde o trabalho seminal de Granovetter, tende a negligenciar a dinâmica macroeconômica. Por outro lado, uma perspectiva sociológica pode enriquecer a definição de economia de Polanyi como “organização dos meios de subsistência” por meio de pesquisas sobre agência, poder, contexto e integração de sistemas. Isso levaria a uma compreensão mais baseada na localização da economia como incorporada, composta por instituições específicas que produzem não um capitalismo uniforme, mas um capitalismo variado.

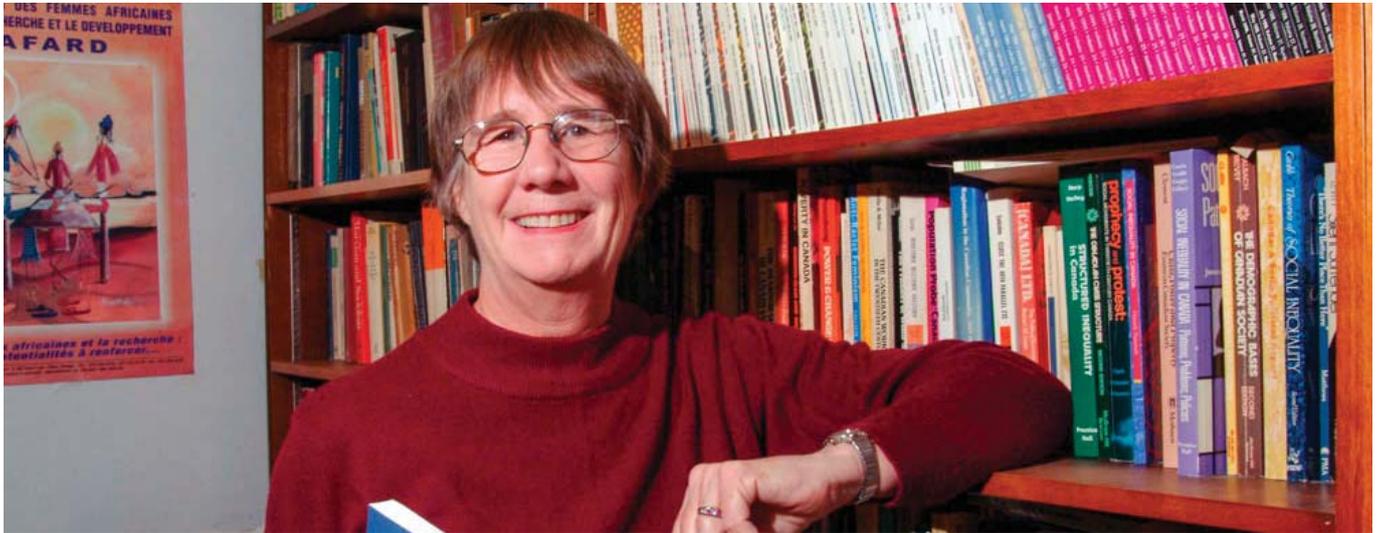
No meu entender, a alternativa à hiperglobalização reside no fortalecimento da democracia em uma ordem econômica mais contextualizada e sensível à escala. Polanyi enfatizou a importância do planejamento regional supranacional; os geógrafos nos lembram que o meio de vida está em aspectos importantes estruturados por bairros, cidades e regiões. E a economia política insiste que a responsabilidade democrática e a segurança social ainda sejam organizadas principalmente em escala nacional. A governança democrática, sustentável e solidária precisa de uma perspectiva multinível.

Finalmente, e no nível mais básico, o legado de Polanyi reside em sua inspiração para uma alternativa civilizacional à atual sociedade de mercado, com mercado, propriedade e concorrência como suas principais instituições. Para Polanyi, a dialética da melhoria e da morada do progresso econômico e da segurança sociocultural acompanha as sociedades de mercado capitalistas. A longo prazo, as civilizações que se concentram apenas na melhoria econômica entrarão em colapso, da mesma forma que a civilização liberal entrou em colapso na década de 1930. Catástrofes ecológicas iminentes, causadas pelo excesso de fronteiras planetárias, dão a essas reflexões uma nova urgência. As fronteiras biofísicas se traduzem em fronteiras sociais, separando os proprietários ricos em recursos dos que não têm, o Norte Global do Sul Global. À medida que a exclusão e a desigualdade aumentam, o autoritarismo e as políticas culturais reacionárias podem se espalhar. Mas combater a exclusão e a desigualdade também pode fortalecer contra-movimentos destinados a restaurar um sentimento de pertencimento, segurança e habitação, e conservar um clima viável. Seguindo Polanyi, a liberdade e a responsabilidade individuais permitem uma gama de futuros possíveis, impedindo quaisquer previsões determinísticas. ■

Contato com: Andreas Novy <Andreas.Novy@wu.ac.at>

> Ann Barden Denis: em homenagem

Por **Linda Christiansen-Ruffman**, Universidade de Santa Maria, **Angela Miles**, Universidade de Toronto e **Marilyn Porter**, Universidade Memorial, Canadá



Ann Barden Denis. Créditos: USC Canadá.

Em 5 de fevereiro de 2019, Ann Barden Denis faleceu repentinamente de parada cardíaca. Ela tinha apenas 73 anos. Ann dedicou grande parte de sua vida à sociologia, ao conhecimento interdisciplinar, à igualdade na sociedade e a relações sociais respeitadas através das diferenças. Ela deixa muitos colegas de luto, estudantes, amigos e mentores que sentem falta de sua presença calma e atenciosa, além de suas habilidades colaborativas, analíticas e executivas, conhecimento e confiabilidade.

Recentemente, Ann começou a usar seu nome do meio, Barden, para honrar suas fortes raízes familiares maternas. Ela valorizou muito a sabedoria e os conselhos práticos que a avó e a mãe transmitiram de suas experiências em grandes famílias canadenses francesas patriarcais. Com essas mulheres, Ann aprendeu a importância da educação e do emprego para afirmar sua independência como mulher num mundo dos homens. Compreendemos como essas questões relacionadas ao poder individual e social deram a Ann força e confiança em seus papéis de liderança pessoal e sociológica. Também a ajudaram a se desenvolver e se transformar enquanto feminista ao longo de sua carreira. Embora essa apreciação se concentre na presença pública e nas contribuições de Ann para estudos e ativismo, ela também levou uma vida socialmente comprometida e solidária, além de permanecer independente como mulher.

A perda de Ann empobrece muitas organizações que foram apoiadas e modeladas ou revitalizadas por seu trabalho. Ela fez contribuições administrativas e acadêmicas extraordinárias para a Associação Canadense de Sociologia e Antropologia (CSAA), agora CSA, e seu Grupo Feminista de Pesquisa em Sociologia; para a Associação Internacional de Sociologia (ISA) e a dois de seus comitês de pesquisa, RC05 (então, Relações Étnicas, Raciais e Minoritárias, agora Racismo, Nacionalismo, Indigeneidade e Etnia) e RC32 (então, Mulheres na Sociedade, agora Mulheres, Gênero e Sociedade); e ao Instituto Canadense de Pesquisa para o Progresso da Mulher (CRIA-WICREF), especialmente nos últimos anos. Em cada uma dessas associações e comitês, e em sua bilíngue Universidade de Ottawa, Ann trabalhou incansavelmente em importantes papéis de liderança (frequentemente como Presidente) e em posições menos eminentes para garantir a eficácia organizacional e a contínua relevância social, acadêmica e prática destes. Ela também trabalhou para proteger e promover princípios básicos de justiça social, abertura, acesso e inclusão dentro e entre essas instituições. Além disso, ela usou suas habilidades como escritora e editora para contribuir com os livros, periódicos, edições especiais, fichas técnicas e boletins destas. Ela participou de conselhos de revistas e contribuiu para Publicações Acadêmicas do Canadá ao longo do tempo. A sociologia canadense e internacional e as relações interseccionais de pesquisa feminista se beneficiaram muito de sua liderança feminista e brilho administrativo.



Ann também era membro de longa data da ACSALF, equivalente francófona do Canadá à CSAA, Associação Canadense de Estudos Étnicos (CESA-SCEE) e, desde seu primeiro encontro, das Pesquisas Feministas sobre Mulheres e Estudos de Gênero (WGSRF). Ela teve uma forte presença nas comunidades sociológicas francófonas e anglófonas, e manteve a pronúncia francófona de seu sobrenome "Denis". Sua insistência na letra silenciosa "s" em seu nome permitiu que ela denunciasse questões do idioma francófono e igualdade étnica desde o início de sua carreira no Canadá, entre sociólogos anglófonos. Mais tarde, juntou-se ao Quebecois e a outros colegas canadenses em reuniões da francofonia, defendendo a cultura e a língua francesa internacionalmente.

Em 2011, Ann coincidiu as Sessões Interdisciplinares Feministas no Congresso Canadense de Ciências Humanas e Sociais (CHSS) e, a partir de 2013, copresidiu o Grupo Feminista da CSA. Ao coorganizar e administrar os dois programas inter-relacionados, ela traduziu pessoalmente os documentos do Grupo para o francês para facilitar a participação francófona e as sessões bilíngues. Como resultado de sua vida de trabalho dedicado e de sua advocacia, uma atenção significativamente maior foi e continua sendo prestada ao bilinguismo na CSA e na CHSS.

A abordagem administrativa holística feminista e sociologicamente informada contribuiu para a sobrevivência do CRIAW-ICREF, fundado em 1976 para tornar a pesquisa sobre mulheres mais acessível a defesa de mulheres. De 2009 a 2015, Ann tornou-se membro do conselho e assumiu os mandatos presidenciais (vice-presidente, presidente e ex-presidente). Foi uma época em que a CRIAW e outras organizações feministas foram ameaçadas de extinção. Durante essa era punitiva de cortes do governo, Ann contribuiu com o necessário para reconstruir a viabilidade organizacional da CRIAW, incluindo o restabelecimento de seus comitês de voluntários com sua presença ativa. Seus interesses globais e habilidades administrativas a levaram a entender os requisitos para a CRIAW recuperar suas credenciais e posição nas Nações Unidas (ONU). Como representante da CRIAW na ONU, ela assumiu papéis importantes com o status de ONG associada das Nações Unidas nas reuniões de mulheres como organizadora, apresentadora e mentora, e também informou os canadenses sobre as questões da ONU.

Um exemplo da sensibilidade e das habilidades multifacetadas de Ann ocorreu na ISA em 1994. Após uma pré-conferência da RC32 em outra cidade, nosso grupo chegou ao check-in da ISA para nossa hospedagem em grupo pré-organizado e independente. Os responsáveis pela hospedagem da ISA haviam excluído um de nós, um acadêmico sênior da Ásia. Em meio a protestos por dividir nosso grupo, Ann avaliou todas as perspectivas. Ela acalmou a situação e assumiu a liderança na implementação do que acabou sendo uma estratégia de ganhar/ganhar/ganhar. Na

manhã seguinte, ela reorganizou nosso espaço residencial para acomodar nosso membro pendente e convenceu os responsáveis pela hospedagem a concordar. O plano dela nos permitiu visitar a acomodação fechada do nosso colega nas complexas "moradias protegidas" dos participantes não brancos. Ficamos horrorizados com esse racismo, assim como outros membros da ISA e tomadores de decisão. As ações de Ann nesse incidente crítico foram vitais para ajudar a ISA a se tornar mais igualitária e verdadeiramente internacional.

É claro que Ann também era uma acadêmica exemplar e deixou um bom legado de estudos acadêmicos. Sua tese de doutorado, *The Changing Role of Students in Relation to the Government of British Universities (1935-1968)* [A mudança do papel dos estudantes em relação ao governo das universidades britânicas (1935-1968)], prenuncia seu imaginário sociológico ao fundamentar sua pesquisa explicitamente em realidades biográficas e dentro de estruturas históricas de poder. Seu estudo subsequente foi majoritariamente canadense e focado em educação, trabalho feminino, força de trabalho, internet e mulheres, classe e etnia. Sua pesquisa tornou-se mais comparativa após a conferência da ISA de 1986, na Índia, e sabática no Caribe de língua inglesa, especialmente em Barbados. Ela chefiou uma equipe de pesquisa internacional sobre *(In)equality, Identity and Internet Use by Minorities in a Globalizing World: Young People's Internet Use in Barbados and Francophone Ontario* [(Des)igualdade, identidade e uso da Internet por minorias em um Mundo Globalizado: o uso da internet por jovens em Barbados e Ontário francófono].

Como vice-presidente de pesquisa da ISA (2002-06), Ann organizou uma conferência do seu Comitê de Pesquisa. Após a reeleição para o grupo executivo da ISA, ela coeditou o *The ISA Handbook in Contemporary Sociology: Conflict, Competition, Cooperation and The Shape of Sociology for the 21st Century: Tradition and Renewal* [Manual da ISA em Sociologia Contemporânea: Conflito, Competição, Cooperação e a Forma da Sociologia para o século XXI: Tradição e Renovação]. Além dessas iniciativas, Ann assumiu questões de curto e de longo prazo na ISA, bem como problemas remanescentes, como práticas não democráticas e falta de diversidade linguística e geográfica em alguns comitês de pesquisa.

As contribuições fundamentais e diversas de Ann para a prática e o desenvolvimento da sociologia canadense e internacional em geral, e para os estudos feministas e étnicos interseccionais em particular, são inestimáveis.

Ela faz falta, é lembrada e estimada.

Contato com:
Linda Christiansen-Ruffman <ruffman@smu.ca>
Angela Miles <angela.miles@utoronto.ca>
Marilyn Porter <mporter2008@gmail.com>

> Migrações, em movimento

Por **Karin Scherschel**, Universidade RheinMain de Ciências Aplicadas, Alemanha



Créditos: Nick Youngson
(Creative Commons 3).

A dinâmica da migração e jornadas é, simplesmente, o resultado de uma distribuição global desigual de direitos sociais, econômicos, culturais e políticos. Não refletiríamos ou falaríamos sobre migração se o mundo globalizado moderno não fosse dividido através das fronteiras em Estados-nação. A ordem política do mundo moderno é determinada pelas estruturas nacionais e supranacionais que reivindicam o direito de decidir sobre cidadania e território. As medidas cada vez mais restritivas para controlar os processos migratórios, particularmente o fluxo de requerentes de asilo, têm sido uma característica notável da migração, por exemplo, ao longo das fronteiras da Europa ou dos Estados Unidos, apenas para dar dois exemplos populares e muito discutidos.

A cidadania é uma conquista dos tempos modernos, por um lado, mas é um mecanismo exclusivo e motor

da desigualdade social, por outro. As pessoas precisam atravessar fronteiras para estudar, trabalhar ou encontrar melhores possibilidades de existência devido a condições de vida inaceitáveis. No entanto, a migração é um fenômeno antigo: as pessoas estão migrando desde o início da história da humanidade. Gerda Heck nos lembra em suas reflexões sobre “Imaginações europeias e realidades da mobilidade Africana” de uma história de migração há muito esquecida. O continente africano tem sido um “porto seguro” para milhares de refugiados e migrantes econômicos da Europa que buscavam refúgio e / ou uma vida melhor nos séculos XIX e XX.

Atualmente, a globalização é uma força motriz fundamental de migração e trajetória; essa força poderosa reduziu os efeitos da distância espacial. Atualmente, o número de países e pessoas incluídas nos processos migratórios é muito maior do que em qualquer outro período da história.

>>

Políticas passadas e contemporâneas sobre imigração desempenham um papel importante nos fluxos migratórios. A relação entre o aumento dos fluxos transnacionais de capital, bens, informação e pessoas é outro aspecto. O processo migratório internacional é baseado em uma interação entre múltiplos fatores, e é impossível identificar um padrão principal de movimento. O processo migratório pode ser causado por fatores econômicos, políticos, culturais ou ambientais. Por exemplo, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados prevê que as mudanças climáticas desencadearão enormes movimentos de refugiados nos próximos anos. Da mesma forma, a apropriação de terras tornou-se uma das principais razões para vários deslocamentos.

A migração não pode ser considerada como um fenômeno isolado; pelo contrário, deve ser vista como uma relação entrelaçada dos fatores acima. A migração internacional não é um processo no qual as pessoas migram de um país para outro; antes, o processo de migração deve ser visto como um fenômeno duradouro, ultrapassando as fronteiras espaciais e temporais. Carlos Sandoval reflete sobre os momentos sociais de tais movimentos migratórios em sua contribuição: “A caravana da América Central: um êxodo do século 21”. Essa caravana é motivada por vários fatores: a taxa de pobreza, os custos crescentes de eletricidade, gás e gasolina desencadeiam o êxodo coletivo de pessoas de Honduras ou El Salvador. As pessoas migram em grupos e atravessam as fronteiras juntas. A caravana não apenas oferece proteção contra a violência como sequestro ou extorsão, mas também mostra os momentos coletivos da migração.

A globalização facilitou o cruzamento de fronteiras e fortaleceu as relações econômicas. A reestruturação global do capitalismo leva a uma grande demanda por trabalho imigrante. O trabalho migrante desempenha um papel importante nas economias nacionais dos países receptores. Como mostra Bediz Yilmaz para a Turquia, esse trabalho geralmente é informal. 3,6 milhões de sírios que escaparam da guerra agora vivem na Turquia. A exploração de trabalhadores sírios é um fenômeno amplamente tolerado pelas autoridades turcas. A contribuição de Yilmaz, “Refugiados como força de trabalho não livre: notas da Turquia”, discute as condições de exploração do trabalho sem liberdade.

Observamos uma expansão e uma continuação da migração internacional através das fronteiras temporais e espaciais. Muitos migrantes agora conseguem viver em duas ou mais sociedades: sua terra natal e em seus países anfitriões. Os migrantes transnacionais criam um espaço ou campo comum de representações simbólicas e coletivas além do Estado-nação. A diversidade é um aspecto importante dos movimentos migratórios modernos. Existe uma grande

variedade de tipos de migrantes: requerentes de asilo, refugiados, migrantes sem documentos e trabalhadores (que incluem elites intelectuais ou empresariais, bem como trabalhadores domésticos).

Os fluxos migratórios contemporâneos se tornaram globalmente significativos devido à melhoria das tecnologias e de viagens e comunicação. Podemos nos comunicar além-fronteiras e abrir espaços transnacionais de comunicação. Recentemente, visitei Vercana, um lugar bonito na Itália. Lá, conversei com uma amiga que cresceu no lêmen e voltou por três semanas no momento do ataque com mísseis em Arden. Ela visitou sua família e escreveu sobre a fome e sobre as pessoas que foram mortas. Ela relatou o som dos mísseis em queda. Novas tecnologias de informação e comunicação tornam possível a experiência da contemporaneidade do não contemporâneo. Podemos experimentar as consequências sociais da injustiça, guerra e perseguição, como acontece, em tempo real. A mídia promove não apenas a disseminação da injustiça, mas também o aprimoramento de melhores condições de vida, rotas de migração e direitos democráticos.

Como afirmou o famoso sociólogo Zygmunt Bauman: “as riquezas são globais, a miséria é local”. Dependendo do dinheiro, da cidadania ou do gênero, as pessoas têm o direito e as oportunidades de migrar.

Observamos uma dinâmica indubitavelmente ambivalente entre a facilitação do movimento e a parada hermética em todo o mundo. A política agressiva de Donald Trump para construir um muro entre os Estados Unidos e o México e a criação e implementação de uma fortaleza na Europa são exemplos populares. Observamos simultaneamente o surgimento de movimentos de direita e um novo nacionalismo agressivo, além de atos de solidariedade. A disseminação global de ideias baseadas em direitos humanos leva a movimentos contra políticas restritivas. Sarah Schilliger nos conta em sua contribuição intitulada “Desfazendo fronteiras em cidades solidárias” sobre o conceito de cidades solidárias. O espaço político da cidade tornou-se um campo de democratização da vida urbana. O conceito de cidadania será visto não como um status, mas como um processo que inclui negociações sobre pertencimento e acesso a direitos.

Pensar na migração significa refletir sobre a contingência das fronteiras, os critérios de pertencimento e o direito, bem como o exercício dos direitos em um mundo moderno, desigual e globalizado.

Contato com: Karin Scherschel <Karin.Scherschel@hs-rm.de>



> Imaginações europeias e realidades da mobilidade africana

Por **Gerda Heck**, Universidade Americana no Cairo, Egito

Durante uma cúpula de líderes africanos, em Berlim, em outubro de 2018, organizada pela chanceler alemã Angela Merkel, foi introduzido um novo fundo de desenvolvimento de 1 bilhão de euros para combater o desemprego na África, um problema que, segundo Merkel, está estimulando a “migração em massa” da África para a Europa. Isso aponta para dois mitos ainda dominantes no discurso europeu sobre a migração africana: que a maioria dos africanos que migram para o exterior é pobre, sem instrução ou semiqualficada, e que a África é um continente de êxodo em massa. A Europa parece sofrer de ignorância histórica em relação à sua própria emigração para o continente africano, bem como em relação ao seu legado colonial. No entanto, esse legado colonial e as relações complicadas com os países africanos têm um impacto dominante nas políticas de migração euro-africanas e no discurso em torno delas.

Um vislumbre histórico da migração euro-africana revela uma história negligenciada. Durante vários períodos dos últimos dois séculos, o continente africano tem sido um “porto seguro” para milhares de refugiados e migrantes econômicos da Europa que buscam refúgio e/ou uma vida melhor no continente. Na segunda metade do século XIX, judeus russos fugiram de pogroms antissemitas para o Egito, enquanto trabalhadores gregos e italianos procuravam trabalho na construção do canal de Suez. Durante a Segunda Guerra Mundial, mais de 40.000 refugiados da Polônia, Grécia e Iugoslávia procuraram abrigo em campos de refugiados no Egito, Palestina e Síria. Outros foram para Tanzânia, Quênia e Uganda.

> Controle migratório europeu

Controlar globalmente o movimento de corpos tornou-se uma das questões políticas mais prevaletentes no início do século XXI. Respondendo à chegada de quase 800.000 refugiados no verão e no outono de 2015, em novembro

de 2015, a União Europeia criou o “Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África” (EUTF para África) destinando 3,4 bilhões de euros para combater “as causas profundas da migração irregular” (Comissão Europeia, 2017). Os líderes da UE começaram a trabalhar intensamente com países de toda a África, vinculando a ajuda ao desenvolvimento à disposição dos países em aceitar retornados da Europa e oferecendo nova assistência em troca de promessas de limitar os movimentos migratórios.

Isso não é novidade. Desde o final dos anos 80, a UE desenvolveu uma série de ferramentas e atividades para reforçar suas políticas de imigração e vistos. Por conseguinte, a lista de países cujos cidadãos precisam de visto para entrar no espaço Schengen foi aprovada com base nos critérios de possíveis riscos de imigração irregular desses países. Atualmente, as maiores taxas de rejeição do mundo podem ser encontradas em alguns países africanos. Em 2014-2017, 45% dos pedidos de visto na embaixada alemã em Yaoundé, nos Camarões, foram negados.

Além disso, o controle da mobilidade das fronteiras e dos migrantes tem sido objeto de negociações entre a UE e os países vizinhos da África desde o início dos anos 2000. Desde de 2004, houve vários acordos entre a Líbia e a Itália para conter a migração da Líbia, o que resultou, por exemplo, na deportação de pessoas que chegaram à ilha italiana de Lampedusa de volta à Líbia, onde foram detidas em campos extraterritoriais. Em 2008, o primeiro ministro italiano Silvio Berlusconi concluiu um “acordo de amizade, parceria e cooperação” com Muammar Gaddafi. Durante anos, a Líbia exigiu bilhões em pagamentos de reparação pelos crimes coloniais da Itália. A Itália agora prometeu o financiamento e a construção de uma rodovia costeira da Líbia, pagando 250 milhões de dólares anualmente por um período de 20 anos. Em 2011, com a revolução e por causa da intervenção da OTAN ao lado do movimento rebelde da Líbia, Gaddafi encerrou a cooperação com a Itália e, por sua vez, tentou usar a migração como uma arma contra a UE,

“A Europa parece sofrer de ignorância histórica em relação à sua própria emigração para o continente africano, bem como em relação ao seu legado colonial”

com unidades policiais, ainda leais a ele, forçando em barcos muitos migrantes que nunca quiseram viajar para a Europa.

Após a primavera árabe, em abril de 2012, a Itália e a Líbia concordaram em reiniciar sua colaboração no controle da migração. Em 2 de fevereiro de 2017, a Itália mais uma vez concordou em trabalhar com as forças militares e de controle de fronteira da Líbia “para conter o fluxo de migrantes ilegais”, impedindo que migrantes - assim como refugiados - chegassem à Europa. Desde então, o governo italiano e a UE forneceram à Guarda Costeira da Líbia barcos, treinamento e outras formas de assistência para patrulhar o mar e afastar refugiados e migrantes que tentavam navegar para a Europa, e quase 38.000 pessoas foram interceptadas pela Guarda Costeira da Líbia e levadas de volta aos centros de detenção da Líbia.

Já em 2015, uma rede abrangente de acordos entre a Europa e os países africanos sobre “gestão da migração, acordos de readmissão e controles de fronteiras, intimamente ligados à ajuda ao desenvolvimento e à promessa de mais alocações de vistos”, cobriu gradualmente a África do Norte, Oeste e Leste. Com o EUTF para a África, a mudança de foco para as atividades no continente africano é acompanhada por um novo discurso que sugere que o “mal” dos movimentos transfronteiriços não regulamentados pode ser combatido em suas raízes. 63% dos fundos do EUTF destinam-se a projetos de desenvolvimento, 22% a projetos voltados para a gestão da migração e 14% a medidas de segurança e de consolidação da paz. Assim, a maior parte do financiamento do EUTF é destinada a organizações nacionais europeias. Para a Alemanha, um dos parceiros que implementam o EUTF é o GIZ, que na África Oriental, por exemplo, é responsável pelo programa “*Better Migration Management*” [Melhorando o Gerenciamento de Migração]. A organização foi altamente criticada por várias organizações de direitos humanos por sua colaboração com ex-senhores de guerra do Sudão.

> Realidades africanas

Os efeitos do EUTF no continente africano ainda precisam ser pesquisados. Mas as maneiras pelas quais a UE tenta pressionar os governos africanos para proteger seus postos fronteiriços e aceitar deportados retornados podem ser vistas como outro capítulo de uma longa história de trajetórias entrelaçadas e desiguais simultaneamente entre os dois continentes, produzidas por desigualdades de poder, dominação colonial, exploração e racismo. Ao

mesmo tempo, os governos africanos não são apenas vítimas passivas dos empreendimentos externalizantes da Europa, pois esses regulamentos são negociados de maneira flexível. Além disso, sabemos após anos de pesquisa, que os movimentos migratórios não podem ser facilmente interrompidos pelo controle de fronteiras.

De fato, Asmita Parshotam (2018) mostra que a África é a região menos migratória do mundo, e a maioria dos migrantes internacionais da África permanece no continente. Em 2017, 19,4 milhões de migrantes internacionais africanos, mais 5 milhões de migrantes internacionais de fora da África, residiam no continente. Segundo o ACNUR, países como Camarões, Chade, República Democrática do Congo, Etiópia, Quênia, Sudão e Uganda hospedaram um terço dos refugiados em todo o mundo (4,9 milhões de refugiados). Embora o número de migrantes africanos que vivem fora do continente tenha aumentado de 6,9 milhões em 1990 para 16,9 milhões em 2017, essas estatísticas dificilmente se correlacionam com as imagens retratadas na mídia europeia de migrantes que chegam às margens da Europa.

Além disso, nem todos esses migrantes vivem na Europa. Por exemplo, mais de 80% dos trabalhadores migrantes egípcios estão empregados nos países do Golfo, como Arábia Saudita, Jordânia e Kuwait. E mais laços migratórios surgiram recentemente entre a África, América Latina, Ásia e os estados do Golfo. Nos últimos 30 anos, comunidades migrantes africanas também surgiram em Guangzhou, Hong Kong, Dubai e Istambul. Essas redes de migrantes estão fortemente conectadas à alta mobilidade dos comerciantes africanos, que se deslocam entre os continentes. Embora a Europa não seja irrelevante, certamente não merece o lugar central que ocupa nos discursos populares e no trabalho acadêmico que enquadra as mobilidades africanas. De fato, a Europa investiu extensivamente na produção de conhecimento para governar os movimentos migratórios africanos, não apenas nas fronteiras da Europa, mas também no próprio continente. Em resposta a isso, o filósofo Achille Mbembe defendeu recentemente um continente africano sem fronteiras. Em resposta às tentativas abrangentes de controle migratório da Europa na África, ele argumenta, a próxima fase da descolonização da África deve envolver a concessão de mobilidade a todo o seu povo e a reformulação dos termos de participação em um conjunto político e cultural que não esteja confinado ao Estado-nação. ■

Contato com: Gerda Heck <gerda.heck@aucegypt.edu>

> A caravana da América Central: um êxodo do século 21*

Por **Carlos Sandoval**, Universidade da Costa Rica, Costa Rica



Imigrantes cruzando a ponte na fronteira Guatemala-México em 2018.
Foto: boitchy/flickr. Alguns direitos reservados.

Desde outubro de 2018, a grande atenção internacional tem sido prestada à trajetória coletiva da América Central partindo de seus países de origem, especialmente de Honduras e El Salvador. Essa chamada “caravana” de migrantes passou primeiro pela Guatemala e, depois, pelo México. Em junho de 2019, muitos deles aguardavam esperançosamente em Tijuana, na fronteira EUA/México.

> Caravana ou êxodo?

Um primeiro elemento dessa situação que vale a pena discutir é a própria noção de “caravana”. Pelo menos no uso comum em espanhol e possivelmente em outros idiomas, a palavra “caravana” não está necessariamente associada a uma ação forçada perigosa ou saída arriscada. “Êxodo” é um conceito com uma longa história, associado especialmente a textos bíblicos, que poderia ser aplicado no caso da América Central, porque aponta para a natureza forçada da migração. Hoje, na América Central, não se escolhe migrar - é obrigatório. Um segundo ponto a considerar é até que ponto estamos realmente enfrentando um aumento na migração hondurenha. Os dados do Censo dos EUA nos permitem colocar esse fenômeno em perspectiva. Se compararmos os centro-americanos contados nos Censos

de 2000 e 2010, pode-se ver que aumentou 136% em 10 anos. A população migrante hondurenha aumentou 191%; os guatemaltecos, 180%; e os salvadorenhos, 151%. O que há de novo não é o número daqueles que são forçados a migrar, mas a decisão de deixar coletivamente seu país.

> O que explica a migração coletiva de Honduras

O que há de novo não é o número de pessoas que estão migrando, mas que é uma migração coletiva. Esses movimentos coletivos poderiam ser motivados tanto por fatores temporários quanto estruturais. O aumento do custo de eletricidade, gás natural e gasolina, bem como de vários produtos alimentares, estão entre os fatores que desencadeiam a migração.

Sair em grupo pelo menos diminui o risco de sequestro e extorsão. Pessoas de países da América Central, exceto da Costa Rica, precisam de visto para entrar no México. Isso força os migrantes a entrar e passar por passagens não oficiais de fronteira, deixando-os vulneráveis a maus-tratos cometidos pelo crime organizado, bem como pelas próprias autoridades policiais mexicanas. No contexto de ascensão da mídia social, muitas pessoas conseguem fazer contatos e,

>>

se vão começar sua jornada em um ônibus noturno, faz mais sentido fazê-la juntas.

A falta de emprego digno é decisiva entre os fatores motivadores que poderiam ser considerados mais estruturais. A taxa de pobreza entre a população como um todo é calculada em 64,3%, e isso cria condições estruturais violentas que são muito difíceis de lidar, especialmente para os jovens, que são a maioria silenciosa daqueles que abandonam o país todas as noites.

Em termos políticos, sem dúvida o golpe hondurenho deixou o tecido social ainda mais frágil. Em junho de 2019 será o décimo aniversário do golpe e, em novembro de 2017, Juan Orlando Hernández foi reeleito em uma eleição cheia de protestos, dúvidas e reclamações de fraude eleitoral. Hernández conseguiu fazer mudanças na constituição permitindo sua reeleição; ironicamente, a oposição à reeleição foi um dos fatores motivadores do golpe de 2009.

Uma terceira combinação de fatores é social. Há uma enorme quantidade de crimes violentos em Honduras. Em 2016, San Pedro Sula era a cidade mais violenta do mundo depois de Caracas, com uma taxa de homicídios de 111 por 100.000 habitantes.

> Rotas e recepção

A maioria dos que se juntaram à marcha norte tomou as rotas mais longas para a fronteira EUA-México. Essa decisão tornou a jornada ainda mais exaustiva e provavelmente foi motivada pelo desejo de evitar a rota ao longo do Golfo do México, onde há uma presença óbvia do crime organizado e, portanto, de extorsão e morte. Há uma distância de 2.700 quilômetros entre San Pedro Sula, Honduras e Tamaulipas, e México (na costa do Golfo). No entanto, a maioria dos migrantes optou por viajar para Tijuana, no lado do Pacífico do México - uma distância de cerca de 4.348 quilômetros.

Atualmente, as autoridades de imigração exigem que as pessoas que chegam à fronteira como parte da chamada "caravana" registrem seus nomes em uma lista controlada pelas autoridades mexicanas. Essa lista permite que os migrantes solicitem asilo nos EUA.

O governo dos EUA aprova apenas 10% dos pedidos de asilo que recebe, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) parece não estar exercendo nenhum papel de liderança nessa situação. Os EUA fornecem 40% do orçamento para o ACNUR e são seus maiores financiadores.

> Para continuar

Para finalizar, três considerações particularmente importantes devem ser mencionadas. A primeira é que, em 6 de novembro de 2018, foram realizadas eleições intermediárias nos EUA e nos quatro estados vizinhos ao México, oito dos nove distritos do Congresso votaram para eleger representantes democratas. Incentivar o ódio aos imigrantes não criou uma grande onda eleitoral para Donald Trump, e isso semeia esperança quanto à possibilidade de que o ódio anti-imigrante possa ser derrotado politicamente.

Em segundo lugar, no dia primeiro de dezembro de 2018, Andrés Manuel López Obrador tomou posse como Presidente do México. Sem dúvida, ele terá entre seus múltiplos desafios - todos muito difíceis e complexos - a questão da migração centro-americana. Durante a recente cúpula sobre migração realizada em Marrakesh, Marrocos, o governo mexicano propôs oferecer emprego aos cerca de 200.000 centro-americanos que passam pelo México a cada ano. No entanto, em junho de 2019, López Obrador concordou em reforçar os controles de imigração como forma para dissuadir Trump de prosseguir com seus planos de tributar as exportações mexicanas para os EUA.

Finalmente, e não menos importante, além da reeleição de Trump e do início de um novo mandato presidencial e legislativo no México, o grande desafio é garantir, na América Central, o direito de não ter que migrar. O objetivo, a médio e longo prazo, é imaginar uma saída da enorme injustiça e desigualdade experimentada na região. Esse é um grande obstáculo a ser superado e que, infelizmente, as classes dominantes não parecem dispostas a abordar hoje. Como melhorar uma situação caracterizada por tal injustiça e desigualdade será, sem dúvida, um teste para o pensamento e a ação progressistas na América Central.

Duas mulheres hondurenhas entrevistadas pela BBC enquanto caminhavam para o México em outubro de 2018 resumiram muito bem essa injustiça e desigualdade. Uma das mulheres declarou: "Não me interessa se o Presidente dos Estados Unidos não ajuda Honduras porque não recebo nenhuma ajuda dele". A outra, por sua vez, concluiu: "Não estamos com medo das ameaças de Trump; estamos vindo, fugindo de nosso país porque temos muito medo de nosso próprio país". ■

* Esta é uma versão editada de um artigo originalmente publicado em espanhol na página www.madrimasd.org.

> Refugiados como força de trabalho não livre: notas da Turquia

Por **Bediz Yilmaz**, IMIS-Universidade de Osnabrück, Alemanha e Maya Association-Mersin, Turquia



Crianças brincando nos postes da estufa, zona rural de Adanalıoğlu, na periferia de Mersin, sul da Turquia, 2015. Foto: A. Öner Kurt.

Com 3,6 milhões de sírios e outros 600.000 de outras nacionalidades, a Turquia é de longe o país com a maior população de refugiados do mundo. Isso se tornou um fato para as autoridades turcas e é aplaudido por outros países, que falam da Turquia como modelo.

Neste breve artigo, discuto algumas características do modelo turco com o exemplo de uma cidade de tamanho médio, onde estive envolvido em pesquisa e ativismo em questões relacionadas à migração. Mas deixe-me primeiro explicar o uso do termo *refugiado*. Os sírios na Turquia estão sob “Proteção Temporária” devido à limitação geográfica imposta pela Turquia na Convenção de Genebra de 1951. Esse status concede a eles vários direitos, como acesso incondicional aos serviços públicos de saúde e educação, mas falha em fornecer a previsibilidade e a garantia do status de refugiado. Como tal, coloca seus beneficiários em uma posição precária e insegura devido principalmente à arbitrariedade do Regime Temporário de Proteção, que é altamente dependente da política. Ao chamá-los de *refugiados*, quero enfatizar essas características do Regime de Proteção Temporária e sublinhar o fato de que, embora estejam em condição de refugiados, eles não têm o status.

> Características do regime de proteção temporária

Essa falta é determinante na definição dos destinos dos sírios na Turquia e explica as diferenças entre vários países com uma grande população de refugiados e *refugiados*. Neste artigo, vou focar no aspecto trabalhista dos *refugiados*, particularmente aqueles que trabalham na agricultura. Não seria errado afirmar que a Turquia atualmente depende de trabalho dos *refugiados*: enquanto cerca de metade dos 3,6 milhões de sírios na Turquia tem idade para trabalhar, apenas 31.000 deles receberam permissão de trabalho devido às dificuldades de obter essa permissão. Como resultado, as condições de trabalho dos *refugiados* são definidas pela informalidade. Por isso, eu argumentaria que a informalidade, já amplamente difundida na Turquia (cerca de 50% no total, mais de 85% na agricultura), é a própria situação que faz o modelo turco funcionar. Em outras palavras, sem o alto nível de informalidade no trabalho, reconhecido por todos, tolerado pelas autoridades, aproveitado pelos empregadores, um número tão alto de sírios não seria capaz de viver neste país. A exploração dos sírios no trabalho e a discriminação contra eles na linguagem cotidiana tornaram-se comuns a quase

>>

todos os membros da sociedade, independentemente de sua afiliação política.

A agricultura tem uma particularidade nesse cenário. A permissão de trabalho, dificilmente obtida para outros setores e obrigando os refugiados a trabalhar em níveis extremos de exploração, nem sequer é solicitada na agricultura, abrindo as portas para novas explorações. De acordo com o artigo 5(4) do Regulamento de Autorizações de Trabalho para Estrangeiros Sob Proteção Temporária (2016/8375), os estrangeiros sob proteção temporária e que trabalham na agricultura e pecuária estão isentos da necessidade de obter uma autorização de trabalho. Com base em minhas observações como ativista-pesquisador em Adanalıoğlu, uma zona agrícola nos arredores de Mersin, uma cidade do Mediterrâneo oriental na Turquia, eu argumentaria que os refugiados no setor agrícola representam uma forma de trabalho não livre. Vou seguir o esquema fornecido por Nicola Phillips em seu artigo de 2013 sobre trabalho não livre para definir trabalho não livre contemporâneo.

> Refugiados como trabalho não livre

A primeira dimensão desse esquema consiste em contratos informais, verbais e de curto prazo, baseados no *“endividamento [...] usado para disciplinar o trabalhador e vinculá-lo a esse relacionamento e, frequentemente, manipulado para maximizar a exploração do trabalhador”*. Na zona agrícola, onde fizemos nossas observações, os intermediários do trabalho existem como figuras centrais nas relações de produção da agricultura. Seu papel onipotente cresceu com os sírios, que também não possuem o idioma local. Os intermediários recebem uma parcela de cada pagamento diário, geralmente 10%. Eles atuam como negociadores na busca de empregos, acomodação e pagamento para os trabalhadores, e garantem a conclusão da tarefa e o tratamento de quaisquer questões relacionadas aos trabalhadores para os empregadores. Isso traz dependência absoluta dos intermediários agrícolas para os trabalhadores refugiados.

Em segundo lugar, a falta de liberdade é *“constituída principalmente não pela entrada coagida, mas pela saída impedida; essas condições geralmente são estabelecidas pelo endividamento e/ou retenção de salários até o final de um contrato.”* No nosso caso, os pagamentos são feitos

no final da safra para cada produto, que pode durar de seis a sete meses. Durante a temporada, os trabalhadores recebem algum dinheiro ou são devedores e vinculados a um mercado local, geralmente de propriedade do próprio intermediário.

Em terceiro lugar, as formas contemporâneas de trabalho não livre geralmente não consistem em trabalho sem pagamento e envolvem uma troca de trabalho por dinheiro; no entanto, *“os salários não são de forma alguma equivalentes ao valor adicionado pelo trabalho apropriado nessas condições”*. Nossas observações mostraram que os trabalhadores são remunerados abaixo do salário estabelecido e, às vezes, não são remunerados. Mas eles não podem sair porque geralmente têm *“dinheiro dentro”*, que esperam recuperar pelo menos parcialmente.

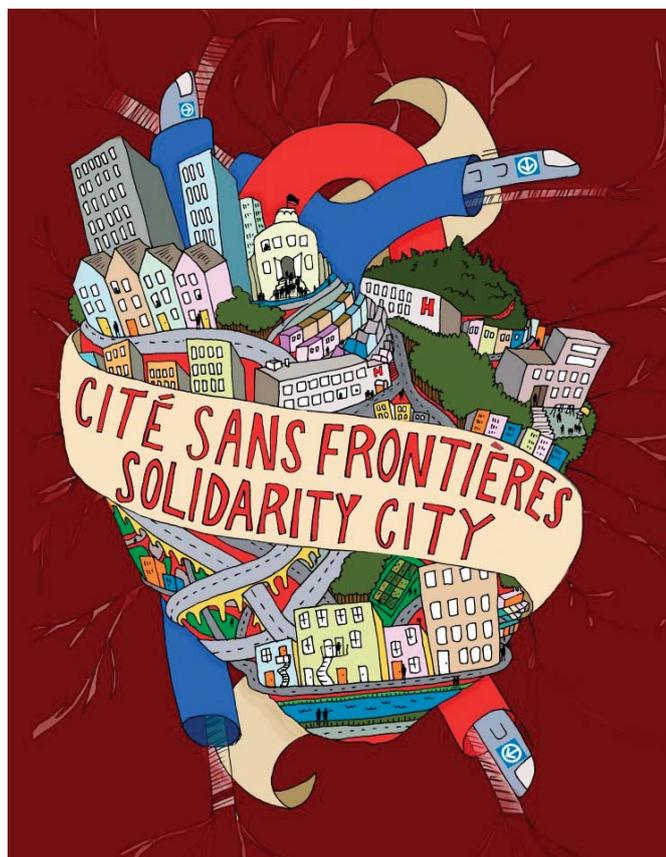
Por fim, a falta de liberdade é constituída dentro das condições de exploração *“associadas a condições severas, degradantes e perigosas de trabalho, violações dos direitos trabalhistas dos trabalhadores (e muitas vezes humanos), formas de coerção e manipulação projetadas para fazer com que os trabalhadores trabalhem mais, por mais tempo e por menos dinheiro”*. De fato, os trabalhadores refugiados vivem em tendas construídas em campos alugados para esse fim pelo intermediário (os trabalhadores também pagam um aluguel pela acomodação em barracas); falta infra-estrutura básica e eles pagam pela água enquanto usam a eletricidade *“ilegalmente”*, ramificando os cabos dos fios sobre o campo. O intermediário agrícola decide o local de trabalho de acordo com a estação do ano para determinadas culturas; os trabalhadores sabem apenas alguns dias antes que precisam mudar para um novo local.

Sim, a Turquia possui a maior população de refugiados, mas não lhes oferece uma vida digna, um caminho de integração, uma promessa para o futuro; em vez disso, medidas não estruturadas e diárias guiadas por necessidades políticas internas e externas moldam o modelo. É altamente improvável que esse modelo proponha aos povos da Turquia um modelo transparente e estruturado de convivência. Seria O governo turco confiável, responsável e responsabilizado? Isso poderia de fato realmente ser um modelo? ■

Contato com: Bediz Yilmaz <bedizyilmaz@yahoo.com>

> Desfazendo fronteiras em cidades solidárias

Por **Sarah Schilliger**, Universidade de Basel, Suíça



Cidades em todo o mundo tornaram-se um espaço de luta e experimentação em torno do futuro dos regimes migratórios, mas também um espaço para uma democratização da vida urbana em direção ao direito a uma cidade para todos. Crédito: Cidade Solidária.

Enquanto os líderes dos estados membros da UE estão elaborando restrições em políticas de migração, aceitando a morte de milhares de pessoas no Mar Mediterrâneo e criminalizando aqueles que resgatam refugiados em perigo, os governos municipais de várias cidades europeias estão declarando ser “cidades solidárias”. Assim, as cidades se tornaram um espaço de luta e experimentação em torno do futuro dos regimes de migração, e também para uma democratização fundamental da vida urbana no sentido de um direito à cidade para todos. Essas lutas pela “cidadania urbana” mostram possibilidades para as cidades desafiarem não apenas a capacidade dos Estados-Nação de traçar e defender as fronteiras nacionais, mas também os significados fundamentais da cidadania.

> Pontes do mar para as cidades

Uma intervenção política significativa no nível local envolve o compromisso com uma “cidade de refúgio”. Prefeitos progressistas nas cidades costeiras da Itália (por exemplo, Nápoles, Palermo) e Espanha (Barcelona) se manifestaram a favor da abertura de seus portos e se ofereceram para receber pessoas resgatadas no mar. Depois que centenas de pessoas se afogaram na costa siciliana, Leoluca Orlando, o prefeito da capital siciliana de Palermo, foi um dos primeiros na Europa a declarar sua cidade uma “cidade de refúgio”. Leoluca Orlando gerou atenção em toda a Europa com a frase: “Se você perguntar quantos refugiados vivem em Palermo, não responderei: 60.000 ou 100.000, e sim: nenhum. Quem vem a Palermo é um palermitano”. A “Carta de Palermo” que ele iniciou, exige que os direitos civis sejam vinculados exclusivamente ao local de residência.

Na Alemanha, os governos das cidades também expressaram a sua vontade de oferecer refúgio para pessoas que procuram um lar seguro. Alianças amplas (por exemplo, “Seebrücke” e #unteilbar) com milhares de pessoas de toda a sociedade civil defenderam a criação de Portos Seguros através de demonstrações repetidas e ações criativas. Eles reivindicam rotas de fuga seguras, descriminalização do resgate no mar e uma recepção direta e humana dos refugiados, semelhante a um programa de realocação.

> Acesso sem medo à infraestrutura urbana

As experiências da América do Norte, especificamente o movimento Sanctuary Cities, que vem se desenvolvendo desde os anos 80, foram uma inspiração para o movimento Cidade Solidária na Europa. O ponto central de partida das Sanctuary Cities são os residentes ilegais. Para imigrantes sem documentos, a fronteira é reproduzida em atividades cotidianas, como frequentar a escola, ir a hospitais ou usar transporte público. Aqueles que não conseguem provar que têm os documentos corretos são excluídos do acesso a serviços sociais básicos e podem ser criminalizados, presos e deportados.

Para proteger os residentes urbanos da deportação e conceder acesso à infraestrutura urbana e aos direitos sociais, foram testadas diferentes formas de cooperação entre movimentos sociais e governos da cidade, que juntos

>>



Bandeira da Rede de Justiça dos Migrantes
Solidariedade além das fronteiras. Crédito:
Solidariedade além das fronteiras.

se opõem às autoridades nacionais e suas políticas de migração. A política “Não pergunte, não conte” (introduzida em Toronto) proíbe que os funcionários da cidade que prestam serviços públicos perguntem sobre o status da migração (“Não pergunte”) e, se for conhecido, passem para outras autoridades estaduais (“Não diga”). Em algumas cidades como Nova Iorque ou São Francisco, qualquer pessoa que possa provar sua identidade e residência na cidade tem direito a uma carteira de identidade municipal oficial, que oferece às pessoas sem status de residência regular mais segurança no cotidiano da cidade e facilita o acesso aos equipamentos públicos.

Atualmente, ativistas do movimento Cidade Solidária estão pedindo a introdução de cartões de identificação da cidade em várias cidades de língua alemã (por exemplo, em Hamburgo, Zurique, Berna), seguindo o exemplo de Nova Iorque. O governo da cidade de Berna já se manifestou a favor, embora os critérios de acesso e o conteúdo concreto do cartão ainda sejam contestados.

> Desfazendo as fronteiras

Os governos das cidades desempenham um papel central nos regimes de fronteira (interna), pois o desenvolvimento e a implementação de serviços de assistência social dependem da interpretação das leis nacionais. Embora a restrição de direitos sociais para imigrantes com status precário constitua uma forma de controle interno de imigração, fornecer acesso a serviços de assistência social em nível local pode desafiar o conceito existente de fronteiras nacionais.

Isso reflete uma expansão da noção de cidadania: a cidadania não é definida apenas como um status, mas como um processo que envolve negociações sobre o acesso e o exercício de direitos. Essa interpretação dá menos importância às regulamentações legais, mas se concentra em relações sociais específicas, normas, práticas de solidariedade e negociação de pertencimento. Torna-se, portanto, ainda mais importante se concentrar nos locais concretos onde a cidadania é negociada no dia-a-dia e onde novas formas de solidariedade são exercidas nas comunidades urbanas.

O problema levantado aqui não é principalmente a imigração, mas a distribuição desigual de direitos sociais e acesso desigual a recursos. Isso permite uma mudança no

discurso sobre imigração - para longe do atual “imperativo de integração” e para abordar as desigualdades e a questão da participação social. Nisso reside a conexão com as lutas atuais do direito à cidade, em cujo centro reside a resistência contra a gentrificação e contra a mercantilização dos espaços públicos, a apropriação coletiva da infraestrutura urbana e os direitos de participação.

> Utopia concreta

O que todas essas iniciativas que se mobilizam com o slogan de “Cidade Solidária” têm em comum é a evocação de uma utopia concreta. Essa utopia concreta tem o potencial de eliminar restrições políticas, vinculando questões de imigração e políticas sociais, em vez de colocá-las em conflito.

Além disso, o conceito de Cidade Solidária permite alianças mais amplas contra a pobreza, em prol da habitação, infraestrutura urbana e participação cultural e democrática. A partir de necessidades e realidades muito concretas no espaço urbano, as lutas cotidianas de diferentes movimentos sociais, que normalmente operam separadamente, podem se unir e, na melhor das hipóteses, criar uma nova consciência das formas de exploração, opressão e discriminação experimentadas em conjunto em um precariado urbano diversificado.

Muitas vezes, são essas iniciativas concretas e movimentos de base que fundamentam certas experiências políticas. Para uma implementação bem-sucedida, é crucial a criação de pontes entre ativistas, políticos progressistas da cidade e autoridades/poder público local. No entanto, o nível urbano não deve ser superestimado: apesar da margem de manobra, as cidades são integradas em uma estrutura global de poder e o Estado-nação continua sendo um terreno importante para as lutas políticas.

Finalmente, o conceito também inclui a oportunidade de criar uma nova compreensão de pertencimento. Não se trata de quem e como um “outro” é e deve ser. Pelo contrário, ele oferece a possibilidade de imaginar coletivamente um novo “nós”. Este é um ajuste que há muito tempo se encontra atrasado à realidade atual de uma sociedade pós-migração, na qual a imigração é reconhecida como um fato. ■

Contato com: Sarah Schilliger <sarah.schilliger@unibas.ch>

> *Estudantes pelo futuro* rumo à política de classe ecológica

Por **Julia Kaiser**, Universidade de Leipzig, Alemanha e **Jasper Stange**, Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha



Os estudantes da Universidade de Leipzig se reúnem para uma assembleia geral. Crédito: Julia Kaiser.

Como será o nosso mundo daqui a um século? De acordo com estudos recentes, a maioria da população global estará sujeita a condições de calor além da capacidade de sobrevivência humana por várias semanas por ano. A aridificação afetará mais de 30% da superfície terrestre do mundo. Mais de um bilhão de pessoas serão deslocadas da zona tropical. Talvez, concluiu recentemente o físico alemão Harald Lesch, a humanidade tenha que admitir que só aprende através de catástrofes. Parece que não temos nenhum interesse sério em evitar essa situação, apesar de estarmos plenamente conscientes de sua proximidade.

Hoje, no entanto, os jovens, inspirados pelas greves escolares semanais de Greta Thunberg, estão levando sua raiva às ruas e exigindo uma mudança na política climática em todo o mundo. Isso evoluiu para o movimento global *Fridays for Future* [Sextas-Feiras Pelo Futuro] (FFF). Por meio de greves escolares semanais, manifestações e outras formas de protesto, eles pretendem exercer pressão sobre os políticos principalmente para fazê-los cumprir a meta de 1,5°C estabelecida no Acordo de Paris.

Na Alemanha, o movimento recebeu ampla aprovação. Mais de 250 eventos locais foram criados e 55% da população expressou apoio às questões tratadas. Em solidariedade à causa dos alunos, foram formadas organizações como a *Scientists for Future* e a *Artists for Future*. Essa ampliação da base social do movimento é um de seus objetivos estratégicos mais importantes, seguindo a lógica de que quanto maior o movimento, mais pressão ele é capaz de exercer sobre os responsáveis. Todos, independentemente da filiação política, são convidados a participar da luta contra a iminente crise climática - e muitos responderam à chamada. Essa perspectiva estratégica contrasta com as principais tendências do ativismo climático nas últimas

décadas. Com sua abordagem de envolver um grande número de pessoas em protestos de rua, a FFF tem o potencial de provocar mudanças estruturais fundamentais.

Na Alemanha, estudantes ingressaram na FFF no início de 2019 a partir do grupo *Students for Future* [Estudantes pelo Futuro] (SFF). A seguir, argumentamos que o SFFF pode ter um impacto significativo no caráter político do movimento climático ao estabelecer uma abordagem sistemática e baseada em classes para a organização das maiorias. Aqui, resumiremos brevemente a breve história do SFF, seguida de uma análise do que distingue sua abordagem da política climática. Concluímos com algumas sugestões de como estudantes e cientistas sociais de todo o mundo podem apoiar o movimento contra a crise iminente enfrentada pela humanidade.

> A FFF conquista as universidades

Após o rápido crescimento do *Sextas-Feiras Pelo Futuro* (FFF), na primavera de 2019, ativistas estudantis na Alemanha começaram a discutir como envolver suas universidades no movimento climático emergente. Desde o início, o objetivo era organizar o maior número possível de estudantes, realizando reuniões abertas sob *slogans* como “*Aja Agora! Vamos levar os protestos para a universidade: por mais justiça climática!*”. Em partes, devido ao impacto significativo que a FFF já teve no discurso público neste momento, essas reuniões abertas atraíram cada uma delas até cerca de 300 estudantes. Dentro de alguns meses, esses grupos de ativistas e estudantes politicamente diversos organizaram assembleias gerais em mais de vinte universidades em todo o país, sendo muitas vezes as maiores reuniões políticas que essas universidades haviam visto em anos. Como aconteceu esse rápido sucesso?



Como os métodos usados na cidade de Leipzig, na Alemanha Oriental, foram adotados em muitas outras cidades, vamos usá-los aqui como um exemplo representativo. Para atingir o maior número possível de estudantes, os conceitos desenvolvidos na organização sindical foram aplicados pelos ativistas de Leipzig. Para impor uma assembleia geral oficial, o objetivo era tornar impossível para outros estudantes não ouvirem sobre a assembleia geral planejada e decidir ativamente se a apoiariam ou não. Assim, circulou uma petição que expressava solidariedade com a FFF e exigia uma assembleia geral para discutir os passos em direção a uma universidade e cidade mais sustentáveis. Ativistas e apoiadores espalham sistematicamente a petição em todas as faculdades e no campus principal e informam os alunos sobre ela em palestras, geralmente com o apoio do corpo docente. Dentro de uma semana, 2.500 estudantes haviam assinado a petição.

Na assembleia, os estudantes concordaram com um catálogo de demandas de oradores da universidade e os sindicatos enfatizaram a interconectividade das políticas ecológicas e sociais. Em outras cidades como Berlim, demandas foram direcionadas não apenas às universidades, mas também aos sindicatos e à política da cidade; os sindicatos foram convidados para as “greves climáticas”, e o Senado de Berlim foi requisitado a introduzir medidas para o estabelecimento de um sistema de transporte público mais amplo e gratuito.

> Intercâmbio nacional e generalização de métodos

Com o objetivo de espalhar os métodos aplicados por ativistas em cidades como Leipzig e Berlim, em junho de 2019 foi organizado um encontro nacional de ativistas do SFF, com a presença de representantes de mais de 30 cidades. Abordagens bem-sucedidas na mobilização de universidades foram apresentadas e discutidas. A organizadora e autora do sindicato dos EUA, Jane McAlevey, foi convidada a ensinar aos ativistas métodos de organização comprovados e discutir os próximos passos do movimento climático. Este encontro foi o primeiro bloco de construção na coordenação nacional dos ativistas climáticos estudantis. Equipados com esses métodos, os ativistas organizaram assembleias gerais em quatorze cidades até o final do semestre de verão.

Simultaneamente, os alunos começaram a se envolver mais ativamente nos diálogos com sindicatos que a FFF havia iniciado. Até esta data, quase todos os grandes sindicatos da Alemanha se reuniram com ativistas do SFF e do FFF, tanto em nível nacional quanto local. Tais convergências de sindicatos e movimentos sociais têm sido raras na Alemanha nos últimos anos. Alguns sindicatos, como os representantes dos trabalhadores do transporte público, parecem ser aliados esperados do movimento climático devido aos seus muitos interesses convergentes.

Por exemplo, após conversas com ativistas da FFF, Frank Bsirske, chefe do sindicato dos trabalhadores de serviços chamado *ver.di*, incentivou publicamente os membros desse sindicato a participar do dia da greve global em 20 de setembro de 2019. Mas mesmo sindicatos como o poderoso IG Metall, representando setores industriais da economia responsáveis pela emissão intensiva de carbono, dialogaram com a FFF, apesar de seus locais de trabalho serem os mais afetados por uma reestruturação ecológica da economia. O movimento climático terá que resolver muitos problemas e responder a muitas perguntas para criar possibilidades de colaboração real com os sindicatos. Não obstante, essas convergências podem abrir caminho para um movimento climático de massa suficientemente poderoso para criar mudanças sociais e ecológicas reais, como argumentamos a seguir.

> Um novo tipo de movimento climático?

A partir do esboço acima, sobre a direção que o *Students for Future* tomou até agora, podemos apresentar algumas características que, juntas, são raras (se não únicas) no movimento mais amplo de justiça climática.

Primeiro, o SFF visa tornar a luta contra a crise climática uma luta empreendida pela maioria da sociedade. Nesse sentido, difere de outras formas de ação (não menos relevantes) que exigem que os participantes aceitem riscos físicos e legais significativos - como ocupar minas de superfície ou florestas. Formas de ação como essas inevitavelmente atraem ativistas já radicalizados até certo ponto, um milieu limitado do que Jane McAlevey chamou de “ativistas auto-selecionados”. Por outro lado, a Sextas-Feiras Pelo Futuro enfatizam a sua ambição de fornecer um espaço para a maioria da sociedade em suas “greves” semanais. O SFF compartilha esse sentimento.

A abordagem majoritária tem implicações tanto no trabalho entre alunos quanto na formação de alianças com outros atores. Nas universidades, o SFF visa confrontar todo o corpo discente com a questão da crise climática, em vez de se limitar a eventos menores, abordando apenas aqueles que já estão envolvidos no ativismo climático. O resultado é a politização de um imenso número de jovens nos últimos meses. Essa estratégia levou ao rápido desenvolvimento de habilidades e confiança entre os principais ativistas; mesmo aqueles que nunca foram politicamente engajados antes, agora falam na frente de centenas de estudantes, organizam manifestações e representam o movimento em diálogos sindicais. Curiosamente, a maioria desses ativistas é composta por mulheres jovens.

Em segundo lugar, quando se trata de ampliar a base social do movimento externamente, além das escolas e universidades, a SFF (assim como partes da FFF) compartilha, pelo menos na prática, uma concepção específica de classe do que a palavra “maioria” realmente significa. As faces



proeminentes da FFF abordaram principalmente partidos políticos, empresas e até bancos, a fim de obter mais apoio ao movimento, e expressaram forte confiança em instituições como a UE para combater as mudanças climáticas. Muitos ativistas do SFF são críticos em relação a essas tendências. Em seu esforço para incluir outros atores sociais no movimento, foram estabelecidas forças-tarefa específicas que foram dedicadas a estabelecer um diálogo com os sindicatos para organizar a maioria dos assalariados. Isso acontece não apenas para expressar solidariedade mútua, mas para se juntar a potenciais aliados em greves nas quais o poder de barganha econômica pode ser exercido para alcançar melhorias sociais e ecológicas. Essa abordagem em relação aos sindicatos não é apenas motivada pelo reconhecimento do poder econômico dos trabalhadores organizados. É também uma tentativa de superar a suposta contradição entre os interesses do clima global e dos trabalhadores, especialmente aqueles nos setores industriais de emissão intensiva de carbono. O centro e a direita, incansavelmente (e frequentemente com sucesso) reforçam essa contradição, especialmente entre aqueles diretamente afetados por uma reestruturação da economia, como na antiga região mineira de Lusatia (Lausitz), na Alemanha Oriental. Embora questões fundamentais permaneçam em aberto, diálogos recentes entre ativistas do SFF e sindicatos mostraram que os interesses do clima global e os interesses dos motoristas de ônibus e trabalhadores siderúrgicos frequentemente se alinham.

> **Perspectivas para o futuro próximo**

Essas duas características da perspectiva estratégica do Estudantes Pelo Futuro - visando o envolvimento ativo da maioria da sociedade no movimento climático e uma abordagem específica de classe para a organização dessa maioria - abrem as portas para formas de ação capazes de alcançar mudanças estruturais em direção a uma sociedade mais sustentável através da auto-atividade da maioria. Por exemplo, na Alemanha, uma futura negociação coletiva de âmbito nacional no setor de transporte público pode oferecer uma oportunidade para construir uma coalizão entre ativistas climáticos, sindicatos e comunidades. Assim como nos setores de saúde e educação, o transporte público não apenas tem um pequeno impacto nas mudanças climáticas antropogênicas, mas também é essencial para a reprodução social e o bem-estar de cidades e regiões inteiras. Com base nisso, o SFF poderia organizar grupos abertos em seus bairros e universidades, que por sua vez se solidarizariam com os funcionários, potencialmente os apoiando em greves e etc. A pressão política externa de movimentos sociais como o FFF e SFF poderia politizar o processo de negociação coletiva e enfatizar o significado de longo alcance dessas negociações para a sociedade. Um esforço conjunto dos sindicatos e um movimento climático de massa poderia alcançar melhores condições de trabalho e salários mais altos para os funcionários do transporte público, melhorar os padrões de vida daqueles que o usam

por meio da expansão e desmodificação da infraestrutura de transporte público e diminuir as emissões de carbono por meio da redução de meios de transporte individualizados via carros.

A estratégia hegemônica entre os ativistas proeminentes do Sextas-Feiras Pelo Futuro, que confiam nos partidos políticos, empresas e instituições estatais para resolver a iminente crise climática, chegou a uma espécie de beco sem saída. Embora tenha participado da rápida ascensão do Partido Verde na Alemanha e tenha levado a mudança climática a dominar o discurso público por meses, não resultou em ações tangíveis para a reestruturação ecológica da economia e da sociedade alemãs em geral. Uma orientação em direção a uma política de classe ecológica, com sindicatos lutando lado a lado com o movimento climático por uma transformação ecológica e social, pode apenas oferecer uma saída para esse impasse estratégico.

> **Junte-se a nós!**

Acreditamos que as universidades têm o potencial de desempenhar um papel significativo na construção de um amplo movimento climático global de classes. Isso exigirá um corpo discente organizado, bem como cientistas críticos que apoiem ativamente o processo da organização e desenvolvam contribuições teóricas para um entendimento mais profundo das causas e possíveis soluções para a crise climática. Estas não são apenas questões relativas às ciências técnicas ou naturais; tecnologias sustentáveis por si só não impedirão as mudanças climáticas antropogênicas. Toda a nossa economia e sociedade terão que ser reestruturadas. De que maneira e quais serão as consequências são questões cruciais que os cientistas sociais terão que responder.

Para ser mais específico: Estudantes, organizem-se em torno do movimento climático! Cientistas, alinhem suas pesquisas com as questões prementes que a humanidade enfrenta e tornem seus resultados acessíveis ao público! Finalmente, trabalhem conosco para fortalecer o movimento. Atualmente, o *Students for Future* está discutindo a possibilidade de uma greve climática por uma semana. Durante uma semana, pudemos abrir universidades ao público e organizar palestras e discussões sobre a crise climática e possíveis soluções para ela. A conferência da Conferência de Reitores Alemães (HRK) definiu o papel das universidades como "centros de cultura democrática que contribuem para discussões produtivas sobre como enfrentar os principais desafios da sociedade". À luz da situação atual do mundo e do futuro próximo, acreditamos que é hora de assumir essa responsabilidade. ■

Contato com:
 Julia Kaiser <juliaidakaiser@gmail.com>
 Jasper Stange <jasper.stange@hotmail.de>

> Educação católica privada no Senegal

Por **Moustapha Tamba**, Universidade Cheikh Anta Diop do Dacar, Senegal

Atualmente, a educação católica particular permanece proeminente no Senegal. Em 1816, a administração colonial confiou o ensino de francês à Igreja, em particular a congregações como as Irmãs de São José de Cluny, os Irmãos de Ploërmel, as Missionárias do Espírito Santo, as Irmãs da Imaculada Conceição de Castres, e as filhas do Santo Coração de Maria. No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento da educação católica deu um passo decisivo sob o impulso do monsenhor Marcel Lefebvre, vigário apostólico de 1946 a 1960. Outras congregações se estabeleceram, como os Irmãos de São Gabriel, o Irmãos do Sagrado Coração, Irmãs Ursulinas, Irmãs de São Carlos de Angers e Maristas.

Após a independência em 1960, a Igreja confiou o ensino à Direção Nacional de Educação Católica em 1970. Em 1976, foi criada uma estrutura de coordenação nacional,

hoje substituída por uma Secretaria Nacional. Desde 2003, a educação católica privada é constituída como uma associação chamada Escritório Nacional de Educação Católica do Senegal (*Office national de l'enseignement catholique du Sénégal*).

No entanto, a educação católica privada foi descentralizada através da criação de diretorias diocesanas. Há sete dioceses, cada uma com sua "diretoria diocesana de educação católica" (Didec). Por delegação do bispo diocesano, o diretor é responsável por todas as escolas católicas de uma diocese.

Para conduzir este estudo, procuramos os responsáveis pela educação privada católica para obter dados quantitativos, em particular o chefe da diretoria diocesana de educação católica da arquidiocese de Dacar e o secretário do Escritório Nacional de Educação Católica do Senegal. Ambos

os escritórios estão localizados na S.I.C.A.P. Baobabs, distrito de Dacar, em frente à Igreja de São Pedro, onde realizamos uma pesquisa documental usando os arquivos disponibilizados para nós. Os resultados do estudo são apresentados na forma de tabelas de classificação com tabulação cruzada.

A Tabela 1 mostra que a Arquidiocese de Dacar sozinha representa quase 50% do número total de escolas. É composta por duas regiões apostólicas, a primeira incluindo Le Plateau, Grand Dacar-Yoff e Les Niayes, e a segunda incluindo Sine e Petite Côte. No total, a arquidiocese é composta por 41 paróquias. As dioceses de Thiès e Ziguinchor representam 16% e 11% das instituições, respectivamente. As dioceses de Kolda e Tambacounda têm menos instituições.

A Arquidiocese de Dacar é a principal, com 57% da população total de estudantes. Segundo as estatísticas do Didec, a área urbana,

Tabela 1: Distribuição das escolas católicas nos diferentes níveis educacionais em 2018-19

DIOCESE	NÍVEL					TOTAL	%
	Pré escola	Fundamental	Básico	Médio			
Dacar	58	54	23	14	149	48,5%	
Thiès	22	24	3	1	50	16%	
Kaolack	12	13	2	1	28	9%	
Ziguinchor	11	15	8	1	35	11%	
Saint-Louis	8	6	3	1	18	6%	
Kolda	6	6	3	1	16	5%	
Tambacounda	4	5	1	1	11	4,5%	
TOTAL	121	123	43	20	307	100%	

Fonte: Escritório Nacional de Educação Católica do Senegal, março de 2019.



Tabela 2: Distribuição dos alunos nas escolas católicas privadas nos diferentes níveis educacionais em 2018-19

DIOCESE	NÍVEL					
	Pré escola	Fundamental	Básico	Médio	TOTAL	%
Dacar	6.442	36.304	16.467	6.696	65.909	57%
Ziguinchor	2.268	5.735	1.856	491	10.350	9%
Thiès	1.983	11.080	2.665	836	16.564	14%
Kaolack	1.441	5.326	733	248	7.748	7%
Saint-Louis	970	3.519	1.212	262	5.963	5%
Kolda	656	3.465	958	245	5.324	4,5%
Tambacounda	417	2.630	479	143	3.669	3,5%
TOTAL	14.177	68.059	24.370	8.921	115.527	100%

Fonte: Escritório Nacional de Educação Católica do Senegal, março de 2019.

especialmente Dacar e seus subúrbios, tem um total de 25.360 alunos no ensino fundamental, enquanto a área rural (Petite Côte e Sine) tem 10.944 alunos. Em nível fundamental, a Arquidiocese também mantém seu posto com 14.002 e 2.465 estudantes, respectivamente, em 2018-19, nas áreas urbana e rural. No ensino médio, a Arquidiocese permanece em primeiro lugar, concentrando 75% do número total de estudantes matriculados no setor privado. O Collège Sacré-Cœur continua sendo a maior escola católica particular, com um total de 1.059 alunos matriculados em 2018-19.

Além disso, de acordo com o Dided da arquidiocese de Dacar, em todos os níveis há mais estudantes muçulmanos do que católicos. Por exemplo, em 2018-19 no ensino básico, 72% dos alunos eram muçulmanos, 26% católicos e 2% de outras religiões. Essa composição evidencia um diálogo inter-religioso entre os senegaleses.

Concluindo, pode-se dizer que a disseminação da educação católica privada esteve historicamente à frente da educação pública e laica. No século XIX, ela já estava presente nos quatro municípios de Saint Louis, Gorée, Dacar e Rufisque. E pode ser encontrado

hoje em todo o país, embora a maior parte da infraestrutura e matrículas de alunos esteja localizada na Arquidiocese de Dacar, que inclui todas as paróquias de Dacar, Petite-Côte e Sine. Outro fato interessante é que a maioria dos estudantes do setor privado de educação católica é muçulmana, e não católica. ■

Contato com: Moustapha Tamba
<moustapha.tamba@ucad.edu.sn>

> Sociologia do sistema escolar senegalês

Por **Souleymane Gomis**, Universidade Cheikh Anta Diop do Dakar, Senegal

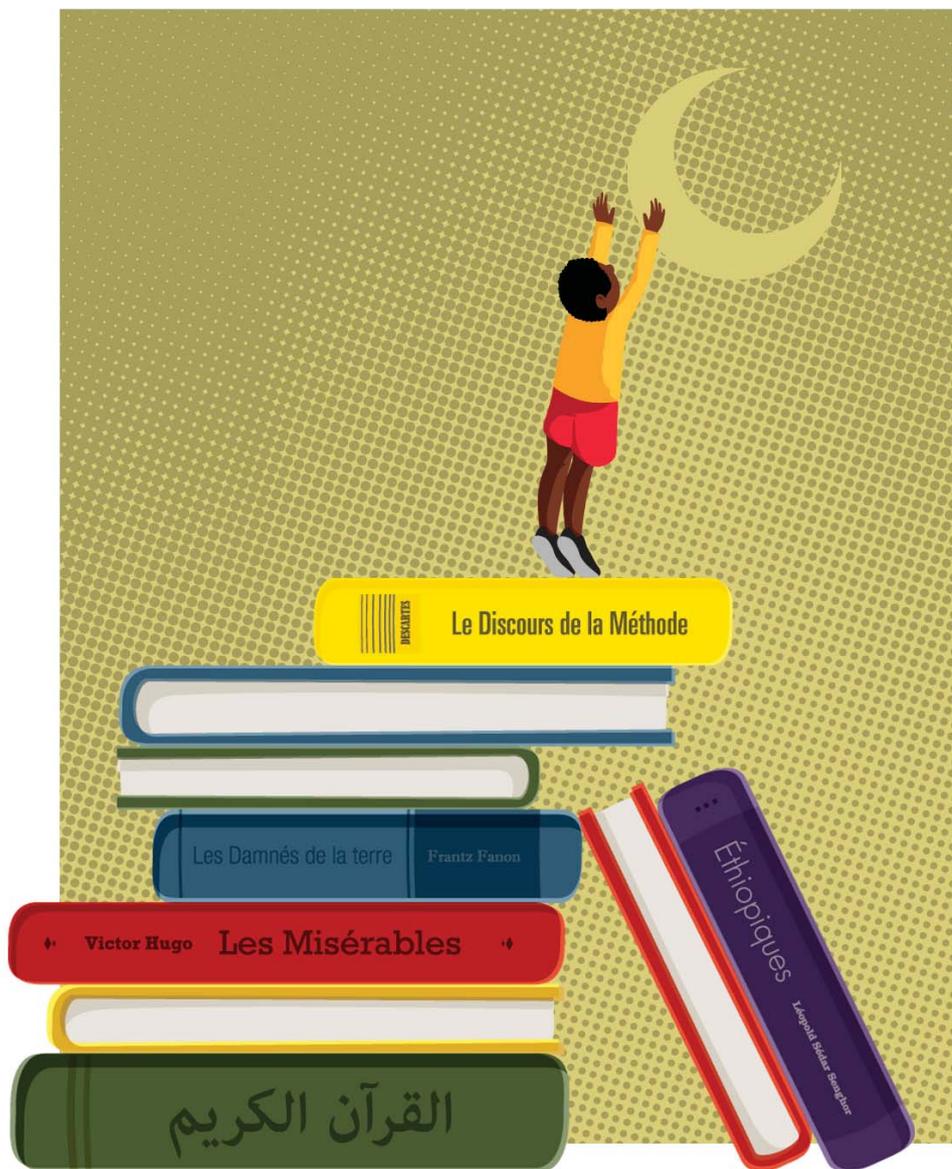


Ilustração por Arbu.

Refletir sobre a dimensão sociológica do sistema educacional senegalês é uma oportunidade para uma análise abrangente e sistemática. O objetivo é mostrar os pontos fortes e fracos de sua estrutura e funcionamento, desde a era colonial até os dias atuais e identificar seus prospectos. É interessante notar que o Senegal é

um dos poucos países da África com uma longa tradição educacional. De fato, muito antes do contato com a Europa, o Senegal havia hospedado grandes centros de educação corânica durante o período de islamização do continente negro.

Figuras históricas e religiosas importantes, como El-Hadji Malick Sy, Sheikh Ahmadou Bamba e Sheikh Ibra Niass, ajudaram a espalhar a educação corânica pelo Senegal e além dele. Essa tradição de ensino em árabe desempenhou um papel importante na resistência contra a invasão francesa. No entanto, os colonizadores franceses conseguiram tirar proveito dessa tradição de língua árabe dos senegaleses para promover o sistema escolar colonial. Em 1960, quando o Senegal conquistou a sua independência, o sistema escolar de língua francesa herdado dos colonizadores foi mantido como uma ferramenta para ajudar a construir o Estado-Nação. O francês foi mantido pelas novas autoridades como a língua oficial do país.

Contudo, hoje permanecem recorrentes os debates sobre se os senegaleses possuem autonomia suficiente em seu sistema educacional. O povo senegalês ainda se vê como mero usuário desse sistema escolar. O problema da introdução de idiomas nacionais na escola para promover a educação bilíngue atesta isso.

> Gênese do sistema escolar no Senegal

A primeira escola de francês na África Negra foi criada em 1817 em Saint Louis, no Senegal, por um jovem

>>

professor de francês de 27 anos chamado Jean Dard. A partir de então, mais escolas foram estabelecidas, espalhando-se gradualmente primeiro nas cidades costeiras e depois nas comunidades do interior. O desenvolvimento das escolas no resto do país foi acelerado pela colonização, a fim de facilitar trocas comerciais e políticas.

Como na maioria das ex-colônias africanas, o Senegal experimentou a “francificação” dos currículos até sua independência em 1960, depois a africanização da década de 1970 e, finalmente, a nacionalização em 1990. No entanto, apesar dessa evolução ao longo do tempo, o sistema escolar senegalês permaneceu estrutural e funcionalmente modelado no antigo sistema colonizador francês. A escolaridade é obrigatória e gratuita para todas as meninas e meninos entre seis e dezesseis anos.

Seguindo os padrões da UNESCO, 2% da população de cada país deve atingir o nível de ensino superior. Dado que a população atual do Senegal é estimada em 15 milhões, o país deve ter cerca de 300.000 estudantes do ensino superior. Mas o número real é de 150.000 estudantes em instituições de ensino superior públicas e privadas. Outra questão igualmente importante é a incompatibilidade entre os currículos e as expectativas da população senegalesa.

> **Forças e fraquezas**

O sistema escolar público senegalês é reconhecidamente um modelo de sucesso, tendo treinado figuras históricas mundiais nas áreas de ciências, medicina, direito, literatura e economia, cujas obras deixaram sua marca na história moderna da humanidade - como Léopold Sédar Senghor em literatura e Cheikh Anta Diop em história e física. Um ponto forte do sistema escolar senegalês reside na qualidade do treinamento dos instrutores. O compromisso e a determinação do Estado em apoiar suas escolas e seu sistema de ensino superior também são notáveis, assim como o envolvimento e o investimento das famílias. As pessoas são livres para contribuir com o financiamento da educação de seus filhos.

No entanto, deve-se notar que nem o Estado, os professores, seus sindicatos, nem os parceiros técnicos e financeiros estão considerando envolver os pais no desenvolvimento do currículo escolar. As populações são reduzidas a consumidores do sistema escolar e de seus serviços.

O sistema educacional senegalês enfrenta muitas limitações diferentes - nos níveis político, psicológico, de infraestrutura, programático, material, financeiro e humano. Por exemplo, o Senegal não é totalmente autônomo na definição de sua visão e orientação em termos de política educacional:

está sujeito a restrições técnicas e financeiras de parceiros como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Do ponto de vista psicológico, descobrimos que a instituição escolar ainda não está suficientemente integrada na mentalidade das pessoas, apesar de sua presença antiga no Senegal e de sua compulsoriedade desde a faixa etária bastante jovem. A escola ainda é percebida pelos senegaleses como uma ferramenta herdada da colonização francesa que não pode ser totalmente apropriada.

No nível programático, o conteúdo educacional sempre permaneceu vinculado ao modelo de currículo francês, com apenas poucas variações em algumas disciplinas. Os novos currículos, embora elaborados e ensinados por cidadãos nacionais, não refletem realmente a realidade cultural local, mas reproduzem o padrão colonial.

No nível material, o sistema escolar senegalês sofre de uma falta de recursos estrutural. As salas de aula em abrigos temporários ainda são um realidade em todos os níveis educacionais, do ensino primário ao ensino superior.

Apesar dessas dificuldades não consideráveis, pode-se argumentar que o Senegal tem um bom sistema escolar.

Contato com: Souleymane Gomis
<Souleymane.gomis@ucad.edu.sn>

> Ajustes estratégicos na educação franco-árabe no Senegal

Por **El Hadji Malick Sy Camara**, Universidade Cheikh Anta Diop do Dacar, Senegal



A educação primária no Senegal se concentra em obter alfabetização em árabe e francês. Crédito: Parceria Global de Educação / flickr. Alguns direitos reservados.

Com a introdução do Islã, um número crescente de famílias no Senegal se familiarizou com o idioma árabe. De fato, o árabe é de suma importância para a população, da qual 95% são muçulmanos. A língua árabe parece ser altamente valorizada entre os muçulmanos senegaleses porque é também a língua pela qual o Alcorão foi revelado. De fato, uma pessoa com profundo conhecimento do Alcorão é considerada educada e um bom muçulmano. No entanto, desde o início a colonização impôs um sistema educacional baseado no ensino do francês.

A coexistência entre os dois sistemas de ensino se mostrou muito difícil. Para atender às necessidades de grande parte da população, as escolas franco-árabes, públicas e

privadas, oferecem uma educação dupla em francês e árabe. O Islã é na verdade parte integrante da vida do povo senegalês, pois transcende as particularidades étnicas e regionais e estrutura a vida do povo de maneira aberta, independentemente de sua origem social, nível de educação e formação cultural ou geográfica.

Com base em uma revisão da literatura, este artigo ilustra como os povos do Senegal foram capazes de usar a educação franco-árabe como uma oportunidade para evitar as armadilhas da administração colonial.

> Modelos de aprendizagem em escolas franco-árabes

Pelo menos duas categorias de escolas franco-árabes podem ser identificadas: aquelas caracterizadas

>>

pelo forte domínio do currículo islâmico (Alcorão, fiqh, Sunnah etc.) e outras caracterizadas por um equilíbrio maior ou menor entre a educação francesa e árabe-islâmica. Hoje, os proprietários de escolas franco-árabes investem profundamente na educação infantil e no ensino fundamental.

Na primeira categoria das escolas franco-árabes, a educação durante os dois primeiros anos da escola primária concentra-se em adquirir alfabetização em árabe e aprender o Alcorão e os *hadiths*. As aulas de francês são limitadas a uma introdução ao alfabeto e ao desenvolvimento de habilidades de comunicação. Durante esses dois anos, espera-se que os alunos memorizem o maior número possível de suratas do Alcorão. Porém, a partir do terceiro ano, espera-se que eles alcancem os currículos do primeiro, segundo e terceiro anos. No sexto e último ano do ensino fundamental, os alunos são obrigados a fazer os exames em francês e árabe para obter a qualificação básica para o abandono escolar nos dois idiomas (currículo nacional e certificado de conclusão do currículo árabe-islâmico).

A segunda categoria de escolas franco-árabes procura equilibrar a educação pública laica e a educação árabe-muçulmana. A criação dos movimentos *Al Falaq* e *Jama'atou Ibadou Rahmane* (JIR) contribuiu significativamente para a promoção da educação franco-árabe, quase completamente negligenciada pelo Estado, este que escolheu o francês como idioma oficial.

Esta opção para combinar ou pelo menos equilibrar a educação árabe-islâmica e a educação pública laica visava principalmente a criação e/ou o treinamento de futuros cidadãos com valores religiosos (islâmicos)

profundamente enraizados, mas também com a capacidade de alcançar tudo o que um aluno de uma escola pública deveria conhecer. A escola corânica de Bilal¹, criada pelo movimento JIR, por exemplo, optou por esse sistema. Mas, além dessa escola, que oferece apenas o ensino fundamental, o JIR criou uma escola secundária que, mesmo que fosse destinada a receber graduados da escola Bilal, não recebeu a aprovação dos pais que queriam que seus filhos continuassem com o currículo da educação pública laica. Nas escolas JIR, existem dois professores por turma para todas as disciplinas, ou seja, um professor de língua francesa e um professor de língua árabe. Além disso, o JIR auxilia muitas instituições na formação de professores e estudos programáticos. De fato, na escola El Hadji Omar Tall, o currículo árabe-islâmico ultrapassou amplamente o currículo laico de educação pública. Embora alguns pais apoiem a educação árabe-islâmica, seguir esse caminho foi, em muitos aspectos, uma forma de exclusão dos alunos. Ainda assim, deve-se ressaltar que, desde a *École Normale Supérieure* (renomeada FASTEF²) fornece treinamento para graduados em árabe, não há mais distinção entre professores de árabe e outros professores: todos recebem o mesmo salário (Thierno Ka, Alioune Diop e Djim Dramé, 2013).

> **Escolas franco-árabes: reivindicando uma dupla identidade**

Embora a reivindicação de cidadania cultural (ou novas formas de cidadania) tenha sido inicialmente apresentada pela chamada “contra-elite” composta por falantes de árabe, ela é agora cada vez mais apropriada por uma nova elite muçulmana francófona treinada em instituições laicas (Camara, 2016).

Essa dupla identidade permite que seus membros escapem de posições de “cidadania de segunda classe” e reivindiquem sua pertença à cidadania nacional. Sua alegação, embora crítica em relação ao Estado e suas instituições laicas, não é expressa fora da estrutura institucional e do controle estatal existentes. Pelo contrário, na expressão de seus direitos civis e políticos, esses cidadãos muçulmanos tendem a adotar as regras do jogo democrático para promover seu projeto de uma “sociedade islâmica” e desafiar a hegemonia das elites ocidentalizadas e laicas que governaram o Senegal desde a sua independência.

> **Conclusão**

As escolas franco-árabes agora estão bem estabelecidas no Senegal, particularmente nos centros urbanos. Os graduados das escolas árabe-islâmicas, que se denominam “árabes” (arabistas), há muito tempo sofrem com a falta de oportunidades de carreira. Hoje, as boas notas obtidas pelas escolas franco-árabes em exames nacionais (BFEM, bacharelado) acabaram levando a opinião pública senegalesa e o Estado a vê-las como um ativo real para o país. Esses atores, a maioria ativos no movimento islâmico senegalês, conseguiram requalificar a perspectiva ocidental usando as escolas franco-árabes como um instrumento fundamental para uma identidade assumida.

1. Hoje, alguns ex-alunos dessa escola são funcionários públicos de alto nível, enquanto outros são professores do ensino médio e do ensino superior.

2. *Faculté des Sciences et Technologies de l'Éducation et de la Formation*.

Contato com: El Hadji Malick Sy Camara
<asmalick20031@gmail.com>

> Educação laica privada no Senegal

Por **Samba Diouf**, Universidade Cheikh Anta Diop do Dacar, Senegal



Os sistemas educacionais nos países do Sul Global têm a dupla marca: a das estruturas tradicionais e a do colonizador. O modelo exportado da Europa certamente não foi introduzido em território virgem na África. Sempre foi apropriado de uma maneira única, tanto por aqueles que tiveram a tarefa de adaptá-lo a contextos específicos quanto por aqueles que o adotaram. Embora sua tradução em nível local envolvesse uma traição de alguns de seus princípios iniciais, também envolvia o ajuste de outros de seus princípios a essa cultura (Charlier, 2002). Como resultado, a aparente supremacia do modelo de escola estabelecido pelo colonizador não pode nos iludir: ao descrevê-lo como “ocidental”, “francês”, “formal” ou “moderno”, a população considera que ambos lhes são estranhos e estão dispostos a respeitá-los apenas na medida em que esses modelos lhes dão acesso aos bens materiais associados à modernidade ocidental. Essa forma de apoio condicional deixou espaço para os arranjos educacionais tradicionais: as escolas corânicas sempre permaneceram ativas no Senegal, adaptando-se continuamente às novas condições trazidas pelas mudanças sociais. A escola estadual, em vez de suplantando essas instituições mais antigas de socialização, veio como um complemento para elas, introduzindo seus próprios critérios para estabelecer hierarquias de pessoas e conhecimento¹.

No Senegal, as escolas particulares ganharam uma boa reputação entre os pais, que as veem como uma garantia de estabilidade devido à ausência de greves. Crédito: Alan Levine / flickr. Alguns direitos reservados.



A independência do domínio colonial levou o Senegal a explicitar a natureza e a forma das relações entre os diferentes órgãos que provavelmente estariam envolvidos na formação das gerações mais jovens. Assim, a Constituição de 1963 estabelece que: *“A República é laica, democrática e social. [...] Todos têm o direito à educação [...]. A educação de jovens é fornecida por escolas públicas. Instituições e comunidades religiosas também são reconhecidas como um meio de educação. [...] escolas particulares podem operar com a autorização e sob o controle do estado. [...] Instituições religiosas e comunidades [...] estão livres do controle do Estado”*. A República laica do Senegal, portanto, retirou de sua supervisão as instituições e comunidades religiosas que reconheceu *“como um meio de educação”*. Em outras palavras, a supervisão da educação foi descrita apenas como um objetivo distante, e gradualmente abandonada: em 1996, o decreto que implementa a lei sobre a devolução de competências para regiões, municípios e comunidades rurais redistribuiu parcialmente a responsabilidade pela educação para os níveis subestaduais. A Constituição de 2001 esclareceu o papel de cada órgão. O Estado *“tem o dever e a responsabilidade de educar e treinar jovens através de escolas públicas. Todas as crianças têm [...] o direito de acessar a escola. Todas [...] as instituições nacionais, públicas ou privadas, têm o dever de tornar seus membros alfabetizados e de participar do programa nacional de alfabetização em uma das línguas nacionais”*. Embora a responsabilidade do Estado pela

educação seja fortemente reafirmada, o papel dos órgãos subestatais ou privados também é fortalecido.

> Escolas privadas laicas

A educação não-denominacional privada surgiu no Senegal nos anos 80. As escolas particulares laicas foram criadas por promotores individuais responsáveis por seu gerenciamento administrativo, financeiro e pedagógico. Diferentemente das escolas particulares católicas, o funcionamento das escolas particulares laicas não é supervisionado por nenhuma gerência geral, embora elas estejam ligadas, como todas as escolas particulares, à Direção Geral de Educação Privada, que é uma divisão do Ministério da Educação Nacional.

Desde a década de 2000, as escolas particulares laicas têm sido um sucesso retumbante em termos de massificação. Embora sejam mais procuradas do que outras escolas, são frequentemente confrontadas com perturbações que dificultam o seu bom funcionamento. Isso pode incluir atraso no pagamento dos professores, salários abaixo do salário mínimo e o não pagamento do aluguel nas instalações, o que leva alguns proprietários a fechar as portas.

> Percepção dos pais sobre a educação privada laica

Note-se que a expansão das escolas particulares e o número de crianças matriculadas nesse setor indicam que a educação privada ganhou um lugar indiscutível em Dakar. A maioria

dos pais entrevistados alegou que a estabilidade do setor privado foi uma das principais razões pelas quais optaram por matricular seus filhos nesse setor. Essa estabilidade se reflete na ausência de greves ou paralisações organizadas por movimentos sindicais, ou seja, de qualquer uma das perturbações que estão afetando o setor de educação pública de hoje. Um de nossos entrevistados afirmou que *“a violência e os casos de crime juvenil observados em algumas escolas públicas levaram muitos pais a enviar seus filhos para escolas particulares”*. Outro entrevistado, uma dona de casa de 38 anos, considerou que *“se uma criança não ter sucesso hoje na educação privada, é porque ela não gosta de estudar. No setor privado, não há greves ou falta de professores, e os pais investem muito na educação dos filhos”*. Curiosamente, os pais colocam uma ênfase maior na estabilidade das escolas privadas em relação às escolas públicas do que na qualidade da educação que elas oferecem. Para eles, a estabilidade escolar é um fator-chave do sucesso e qualquer criança matriculada em uma escola particular deve alcançar o sucesso.

A percepção pública da educação privada laica mostra que a maioria dos pais opta por escolas particulares em prol da estabilidade. Essas escolas ganharam um lugar considerável entre as populações por suas boas notas, mas mais importante ainda, por sua estabilidade. ■

1. Ver Suzie Guth e Éric Lanoue (Orgs.), *“Écoles publiques, Écoles privées au “Sud”: usages pluriels, frontières incertaines, Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs, 3, 2004.*

Contato com: Samba Diouf
<bathie78@yahoo.fr>

> Socioantropologia da liderança religiosa no Senegal

Por **Mouhamed Moustapha Dieye**, Universidade Cheikh Anta Diop do Dacar, Senegal



Mesquita da Divindade, em Dakar, Senegal.
Crédito: Valentina Buj / flickr. Alguns direitos reservados.

> O legado da liderança religiosa

Desde o início, o Senegal foi um centro de trocas entre Europa, África e América, o que, em certa medida, explica a abertura do povo senegalês, seu senso de hospitalidade e tolerância entre muçulmanos e cristãos. Seus valores socioculturais derivam de três fontes culturais: tradições culturais profundamente arraigadas, Islamismo e Cristianismo, e modernidade Ocidental republicana. Entre essas três fontes, o Islã é de longe a influência mais decisiva. 95% dos senegaleses são muçulmanos e a maioria pertence a irmandades religiosas que são os

verdadeiros reguladores sociais; 49% pertencem à irmandade Tijanyya, 35% são Mouride, 7% pertencem à irmandade Qadiriyya e 5% à Layenne.

A história político-religiosa do Senegal mostra que o Islã produziu homens e líderes literários que foram capazes de alcançar e manter o equilíbrio social do país. Esses líderes religiosos moldaram profundamente a evolução do Senegal e seu povo. A ação e o comprometimento de líderes religiosos como El Hadj Omar Tall, em Futa-Toro, Samori Toure, o famoso líder da revolução dioula, Maba Diakhou Bâ e Thierno Souleymane Baal, que lideraram a revolução dos Torobe em Futa-Toro contra os Songhai O Império de Koly Tenguela permanece na memória coletiva do Senegal.

>>

A força de sua liderança resulta da convergência entre o Islã e a “velha” tradição de uma democracia africana, cuja base é uma desconfiança do poder e a crença de que sua expansão e onipotência devem ser contidas e limitadas. Conscientes dos efeitos perversos de qualquer poder absoluto, as sociedades africanas tradicionais muitas vezes impediram seus líderes de “representar o chefe” e fizeram todos os esforços para garantir uma liderança autêntica para que o poder absoluto não apareça.

Na sociedade de Wolof, na inauguração cerimonial do rei, o chefe promete agir de acordo com a tradição e trabalhar pela prosperidade de todos. No Waalo (Império Wolof), por exemplo, o porta-voz dos notáveis avisou o Brak (rei) que acabara de ser eleito, dizendo-lhe que: “Se você se desviar do caminho normal em direção a seus súditos, você nos dará a sua vida em troca. Se você agir contra a corrente, atrairá as estranhezas de seus eleitores e necessariamente o ódio de seu povo”. Essa desconfiança pode ser encontrada em um ditado popular de Wolof que lembra o rei sobre seus deveres para com o povo: “*Buur du mbokk*” ou “*um rei não é um pai*”. Por analogia, podemos lembrar que no Islã, a partir do momento em que um indivíduo professa fé, ele descarta qualquer dependência ou lealdade a outra pessoa. Portanto, o Islã não tem clero e a cabeça é um guia, a obediência que as pessoas lhe prestam deve ser necessariamente condicionada por seu respeito pelos princípios islâmicos que correspondem aos valores tradicionais listados acima. Thierno Souleymane Baal, o senhor da guerra do século XVIII e estudioso muçulmano do Futa sabia como simbolizar uma liderança autêntica que ainda inspira muitos movimentos religiosos ou cívicos do

Senegal. Ele disse:

“Eu recomendo as seguintes diretrizes para eleger um guia:

- *escolha um homem sábio, piedoso e honesto, que não monopolize as riquezas deste mundo para seu próprio benefício ou o de seus filhos;*
- *destituir qualquer imã cuja riqueza tenha crescido e confiscar toda a sua propriedade;*
- *garantir que o Imamato não seja transformado em uma monarquia hereditária na qual os filhos herdem de seus pais;*
- *lute contra ele e expulse-o se ele persistir;*
- *o imã pode ser selecionado em qualquer tribo;*
- *escolha sempre um homem sábio e trabalhador;*
- *nunca limite a escolha à uma única tribo;*
- *sempre se baseie no critério de habilidade”.*

> **Valores que estruturam o significado da liderança**

O líder religioso deve ser um homem moldado pelos valores da justiça, altruísmo e honestidade, cujas decisões sempre transcendem interesses e motivações pessoais. Tendo um senso muito alto de seus compromissos em relação a seus valores e colegas, ele deve manter sua crença, sua retidão moral e sua objetividade em todos os lugares e circunstâncias. Dois líderes religiosos da história recente exemplificam essa liderança: Serigne Abdou Aziz Sy Dabakh, o terceiro califa da irmandade senegalesa Tidjane de 1957-1997, e Serigne Saliou Mbacké, quinto califa de Mouride. O primeiro não hesitou em dizer a seus discípulos: “*Se você me vê fazendo coisas que não andam de mãos dadas com o que eu digo e aconselho, por favor, diga-me ou nunca vou perdô-lo e, se necessário, se separe de mim*”.

Além da criação de uma visão e código moral compartilhados, a força do líder se baseia em sua capacidade de aplicar a si mesmo o que ele pede dos outros. O líder deve respeitar os valores morais componentes do modelo antropológico de “*nit ku baax*” (um homem bom) que implica “*nit ku am jom*” (o senso de honra), “*nit ku am Kersa*” (um homem reservado, que decência pública), “*nit ku jub*” (um homem justo), “*nit ku am diné*” (um homem de fé), “*nit ku doylu*” (um homem sóbrio), “*nit ku am kadu*” (um homem de sua palavra) e “*nit ku goré*” (um homem digno). Entre esses valores, o “*jom*” tem uma importância especial porque abrange vários significados: responsabilidade, senso de honra e dignidade, “*Warugal*” (senso de dever), esforço bem-feito, sacrifício, coragem, autoconsciência e consciência do valor de alguém. Para as pessoas de Wolof, o líder deve incorporar todos os valores agregados no “*jom*” - valores que são inconsistentes com preguiça, covardia, falta de escrúpulos e mentiras.

A aversão dos senegaleses a palavras não cumpridas é perfeitamente ilustrada por dois casos de líderes políticos que reverteram suas promessas anteriores. O ex-presidente Abdoulaye Wade fez o “*Wakh wakheet*” (“eu disse, retiro minhas palavras”), retirando suas palavras depois de dizer que ele não aceitaria um terceiro mandato nas eleições presidenciais de 2012. O atual presidente que o substituiu, Macky Sall, por sua vez, acabou de fazer o mesmo “*Wakh wakheet*” ao reverter sua promessa de reduzir o mandato para o qual foi eleito de sete para cinco anos. O famoso provérbio de Wolof, “*gor sa waxja*” (a nobreza é determinada pelo respeito pela palavra dada) reflete a importância que os senegaleses dão às suas palavras e é invocado para criticar esses presidentes. ■

Contato com:
Mouhamed Moustapha Dieye
<mouhamed.dieye@gmail.com>

> Tornando os direitos das mulheres parte da vida cotidiana

Por **Bengi Sullu**, Centro de Estudos Pós-Graduados, Universidade da Cidade de Nova Iorque, EUA¹



Abertura da 63ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher.
Crédito: ONU Mulheres / flickr. Alguns direitos reservados.

A 63ª Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW63), com o tema prioritário “Sistemas de proteção social, acesso a serviços públicos e infraestrutura sustentável para igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas”, foi realizada na sede da ONU em Nova Iorque, de 11 a 22 de março de 2019. Diferentes eventos e painéis analisaram vários aspectos da promoção e proteção dos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos de mulheres e meninas em perspectivas locais, nacionais e globais e em relação às Metas de Desenvolvimento Sustentável. Um foco importante da Comissão esteve na implementação de proteção e benefícios para as mulheres: ainda existe um longo caminho a percorrer para garantir que mulheres e meninas em diferentes partes do mundo participem e prosperem plenamente na vida, apesar de uma crescente compreensão e amplo consenso sobre o status das mulheres.

>>



Plenária na 63ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher. Crédito: Africa Renewal / flickr. Alguns direitos reservados.

As observações da Presidente da Comissão (e Representante Permanente da ONU na Irlanda), Geraldine Byrne Nason no Dia da Consulta - um evento de informação e mobilização para ONGs em status consultivo com as Nações Unidas - sublinhou a disparidade entre o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos e o acesso das mulheres a oportunidades econômicas, sociais e educacionais que lhes permitam participar plenamente das oportunidades de vida. A lacuna que precisamos suprir é aquela existente entre o reconhecimento dos direitos das mulheres e o desenvolvimento e aplicação de medidas e programas preventivos com abordagens inovadoras, sistemáticas, sustentáveis, culturalmente sensíveis e sensíveis ao gênero. Ela visa eliminar a desigualdade de gênero em nível local e na vida cotidiana. Precisamos enxergar as conexões entre a representação política das mulheres e sua participação educacional, econômica e social na vida pública de maneiras que contribuam para a criação do conhecimento, práticas e políticas resultantes das experiências, pontos de vista, ideias e posições das mulheres. Também precisamos reconhecer que diversas formas de discriminação de gênero abrangem raça, classe, identidade nacional, religião, geografia, ocupação e muitos outros "sistemas de opressão entrelaçados", nas palavras de Patricia Hill Collins. Assim, que a desigualdade de gênero assume formas distintas em contextos específicos.

A necessidade de coordenar políticas, práticas e pensamento intersectorial para obter os resultados mais efetivos e permanentes de igualdade de gênero é melhor ilustrada quando nos voltamos para as questões como: violência doméstica, segurança das mulheres em espaços públicos e ambientes educacionais, exclusão das mulheres do ganho econômico, oportunidades sociais e políticas por meio do encarceramento, e a parcela desigual de trabalho de cuidado não remunerado e responsabilidades familiares durante os processos de reinserção. Essas questões, que foram examinadas nos painéis patrocinados pela ISA na CSW63², ilustram a interconexão de sistemas de políticas como educação, assistência infantil, justiça criminal,

emprego e política urbana de habitação e transporte, permitindo a participação econômica, social, cultural e política das mulheres, e apontam para a necessidade de pensamento inovador, implementação efetiva e fortalecimento.

A violência doméstica contra as mulheres, por exemplo, é uma questão que muitas vezes é difícil de resolver porque está confinada à esfera privada e, portanto, é percebida como um problema privado dentro da família. O conhecimento das mulheres sobre os serviços existentes não corresponde necessariamente à multiplicidade de barreiras que a violência doméstica perpetua, incluindo, entre outros, o acesso restrito a oportunidades de emprego, moradia independente e segura, assistência infantil gratuita ou acessível e serviços de proteção e aconselhamento.

A violência doméstica é uma forma de violação dos direitos das mulheres que demonstra que a lei por si só não é suficiente para proteger as mulheres sem a devida aplicação. A questão da segurança das mulheres em espaços públicos é outra. Como a Dra. Jackie Sebire enfatizou no painel Acesso à justiça para mulheres e meninas: o papel das mulheres na aplicação da lei e manutenção da paz, baseada em suas experiências como assistente-chefe de polícia do Departamento de Polícia de Bedfordshire, Reino Unido, os direitos das mulheres são melhor protegidos e praticados por membros da comunidade, capazes de reconhecer os problemas das mulheres, a maneira como elas são sentidas e o fardo carregado. Defender a participação das mulheres na profissão de policial contribuirá para o seu empoderamento e permitirá um avanço cultural, pois entra em conflito as normas patriarcais associadas à profissão; isso tem o potencial de tornar a experiência das mulheres ou o "conhecimento feminista" a ferramenta central a ser utilizada na luta contra a violência de gênero que não tem destaque nos atuais modelos de atuação policial. Essa proposta também é importante à luz das crescentes pesquisas sobre os riscos no transporte das mulheres jovens em direção à escola ou outras instituições de ensino. Conforme

documentado por Natarajan *et al.* (2017), as estudantes universitárias frequentemente enfrentam vitimização sexual a caminho da escola. Pesquisas como essa, baseadas nas percepções e experiências das mulheres, podem ajudar a informar a política urbana e canalizar a tecnologia e os serviços públicos para melhorar a segurança das mulheres nos espaços públicos urbanos e nas instituições.

A preocupação com violência e segurança não é o único fator que impede que as mulheres se beneficiem de oportunidades sociais e econômicas. Os cuidados não remunerados e o trabalho doméstico que as mulheres têm acabam limitando as suas oportunidades de entrar no mercado de trabalho e conseguir empregos que permitam sua independência financeira. Pesquisas sugerem que: “em todo o mundo, as mulheres gastam de duas a dez vezes mais tempo no trabalho não remunerado do que os homens” (Ferrant *et al.*, 2014). É evidente que o trabalho assistencial não foi reconhecido pelos governos como parte integrante do sustento das economias e da vida; a falta de licença maternidade remunerada e benefícios previdenciários são as deficiências mais graves nos sistemas de assistência social que levam as mulheres a não entrarem ou a abandonarem o mercado de trabalho quando dão à luz. Se essas mulheres mais tarde quiserem se empregar, serão forçadas a assumir formas informais de emprego que não oferecem proteção. Conforme discutido no painel *Mulheres, reinserção e proteção social*, essa discriminação estrutural afeta particularmente as mulheres encarceradas, cuja reinserção no mercado de trabalho se torna particularmente difícil devido ao histórico limitado de trabalho. A falta de políticas orientadas para a família, que enfatizam a distribuição de responsabilidades entre homens e mulheres na família e no equilíbrio entre trabalho e família, afeta todas as mulheres, mas é mais provável que prejudique as

mulheres mais desfavorecidas que antes eram privadas de oportunidades durante a prisão. Isso ocorre especialmente quando combinado com a falta de intervenções visando a continuidade educacional e a participação na vida durante o período de encarceramento.

A implementação de proteções e benefícios para as mulheres exige uma abordagem holística e compreensiva. Como garantir que as intervenções que encontrarem lugar na lei e na política serão aplicadas? Os governos precisam ser mais proativos para garantir que o maior número possível de mulheres possa ter acesso a mecanismos que não apenas possibilitem a proteção, mas também as ajudem a prosperar. Organizações da sociedade civil, como a ISA, servem para educar os formuladores de políticas sobre esses tópicos e defender políticas e práticas de igualdade de gênero. ■

1. A autora é uma representante jovem da Organização das Nações Unidas para a ISA e participou pela primeira vez em 2019 da 63ª Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher.

2. Esses painéis foram co-patrocinados pela ISA, Sociedade Americana de Criminologia, Sociedade Mundial de Vitimologia, Criminologistas sem Fronteiras. Você pode ouvir a [Dr. Rosemary Barberet](#), ISA, representante da ISA nas Nações Unidas falando sobre a CSW63 nas Nações Unidas ou ver a [playlist de vídeo](#) e [fotografias](#) dos seis painéis, além de visualizar as [listas de leituras](#) distribuídas nos eventos, desenvolvidas por representantes da ISA nas Nações Unidas.

Referências:

Ferrant, G., L.M. Pesando and K. Nowacka (2014). “Unpaid care work: The missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes.” OECD Development Centre Policy Brief.

Natarajan, M., Schmuhi, M., Sudula, S. & Mandala, M. (2017). “Sexual victimization of college students in public transport environments: a whole journey approach.” *Crime Prevention and Community Safety*, 19(3-4): 168–182. (Special Issue: Women’s victimisation and safety in transit environments: An international perspective).

Contato com: Bengi Sullu <bsullu@gradcenter.cuny.edu>